



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Richard José do Nascimento

“Vai trabalhar vagabundo”: a vadiagem nos jornais da Florianópolis de 1900 a 1930.

Florianópolis

2024

Richard José do Nascimento

“Vai trabalhar vagabundo”: a vadiagem nos jornais da Florianópolis de 1900 a 1930.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Nascimento, Richard José do
"Vai trabalhar vagabundo" : a vadiagem nos jornais da
Florianópolis de 1900 a 1930 / Richard José do Nascimento ;
orientador, Adriano Luiz Duarte, 2024.
70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. vadiagem. 3. trabalho. 4. jornais. 5.
Florianópolis. I. Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Adriano Luiz Duarte, Orientador e Presidente, pela Professora Jéssica Duarte de Souza, Titular da Banca, e pela Professora Dandara de Oliveira, Suplente, designados pela Portaria nº 39/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Richard José do Nascimento**, subordinado ao título: "**Vai trabalhar vagabundo: a vadiagem nos jornais da Florianópolis de 1900 à 1930**". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Adriano Luiz Duarte a nota final 10,0, da Professora Jéssica Duarte de Souza a nota final 10,0. e da Professora Dandara de Oliveira a nota final; sendo aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Adriano Luiz Duarte



Documento assinado digitalmente

Adriano Luiz Duarte

Data: 13/12/2024 17:23:32-0300

CPF: ***.451.088-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Jéssica Duarte de Souza



Documento assinado digitalmente

Jessica Duarte de Souza

Data: 13/12/2024 19:03:14-0300

CPF: ***.534.149-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Dandara de Oliveira



Documento assinado digitalmente

DANDARA DE OLIVEIRA

Data: 13/12/2024 17:36:20-0300

CPF: ***.077.459-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Richard José do Nascimento



Documento assinado digitalmente

RICHARD JOSE DO NASCIMENTO

Data: 15/12/2024 09:08:54-0300

CPF: ***.457.109-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Richard José do Nascimento, matrícula n.º 11201617, entregou a versão final de seu TCC cujo título é “*Vai trabalhar vagabundo*”: a vadiagem nos jornais da Florianópolis de 1900 a 1930, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2024.

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte
Orientador

Ao meu irmão Maninho (Cristiano do Nascimento) *in memoriam*,
és eterno!

Para todas as pessoas ditas como
desvalidas
despossuídas
indesejadas
sujas.

AGRADECIMENTOS

Esse é o último texto em que escrevo neste trabalho. Uma jornada longa, bem longa, e difícil. No entanto, como já corri os 42,195km de uma maratona, sei que basta continuar para que a linha de chegada fique cada vez mais perto. Parar, nunca. Você pode até cambaleiar, mas parar jamais. E aqui, quero refletir sobre alguns gestos de carinhos.

Primeiro e muito importante, quero externar a minha imensa gratidão à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Este não é um agradecimento meramente formal, vem do fundo do meu coração. Já são mais de 25 anos que eu tenho contato direto com a instituição, ora mais forte, ora menos. Desde quando eu fui um jovem calouro do curso de Educação Física, passando pela educação de minha filha no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, até neste momento de graduando em História, a UFSC literalmente me formou, ajudou a construir quem eu sou. Tenho orgulho em dizer que estudei e estudo em uma universidade pública, isso graças ao sustento das trabalhadoras e trabalhadores deste país. Quando eu falo em UFSC, estou me referindo também a todas e todos que estão na sua linha frente, construindo essa instituição de excelência, muitas vezes enfrentando condições de trabalho inadequadas, salários defasados, falta de materiais. Ainda assim, colocam a UFSC entre as 10 melhores universidades da América Latina. Às/os TAE's, às Professoras/es, às terceirizadas/os e todas as pessoas que giram em torno da UFSC, meu muito obrigado!

Mesmo compreendendo a UFSC e ao Curso de História como um todo, sinto-me na obrigação de agradecer, em especial, à funcionária pública Cristiane Valério de Souza, por sempre ter sido atenciosa e competente. Sua dedicação já era evidente desde os tempos em que trabalhava no Centro de Desportos – CDS, e continua assim agora na Coordenadoria do Curso de História. Cris, és demais!

Estendo meus agradecimentos a todas e todos os professores que eu tive o privilégio de ter como mestres enquanto estudante. Contudo, há algumas e alguns que me tocaram na alma, que me cativaram de diversas formas e aspectos. Agradeço especialmente à Prof.^a Aline Dias da Silveira, à Prof.^a Beatriz Gallotti Mamigoniam, ao Prof. Henrique Luiz Pereira Oliveira, ao Prof. João Klug, à Prof.^a Luana Teixeira, à Prof.^a Nashla Aline Dahas Gomoziás, ao Prof. Paulo Pinheiro Machado, à Prof.^a Renata Palandri Sigolo. Vocês me transmitiram o rigor acadêmico e fomentaram o que sinto pela História.

Um agradecimento mais que especial ao Prof. Adriano Luiz Duarte, meu orientador. Quando eu precisei de ajuda, você me acolheu; quando eu pensei em jogar a toalha, você segurou minha mão e não me deixou desistir. Eu não estaria escrevendo estas linhas se não fosse o seu apoio e incentivo. Muito, muito obrigado.

Não posso deixar de mencionar meu amigo e camarada Milano Cavalcante. Com quem eu estive ombro a ombro nas fileiras da luta dos bancários, E quando você se tornou funcionário da UFSC, ajudou-me muito com as burocracias da Coordenadoria do Curso de História. Mas, acima de tudo, agradeço por ser sempre gentil, prestativo, inteligente, paciente e disposto a me ajudar. Obrigado por sempre me ouvir, obrigado pelas ajudas, e obrigado por ser meu amigo. És o cara!

Quero agradecer também a todas as pessoas que mantêm a Biblioteca Nacional e sua Hemeroteca Digital, também à Biblioteca Pública de Santa Catarina e sua Hemeroteca Digital, e aos que constroem o *memoria.org.br* da Memória Estatística do Brasil. Sem as trabalhadoras e trabalhadores dessas instituições essa pesquisa não teria condições de existir.

Tenho o privilégio de vir de uma família de trabalhadores, e bem estruturada. Nunca me faltou o pão, nunca me faltou a vestimenta, nunca me faltou a Educação, nunca me faltou o carinho. Problemas todas têm. Há divergências, isso é normal. O importante é que o amor entre nós nunca ficou de lado, e no momento mais difícil, mais doloroso, todos nós parecíamos um só. Evanete e Domingos, eu não teria chegado até aqui sem vocês. Obrigado, mãe, obrigado, pai! Cris e Diogo, obrigado por serem os irmãos que são – ninguém solta a mão de ninguém. Maninho, as lágrimas que agora correm são a representação da saudade e da minha gratidão. Você, quando estudante de Agronomia, foi o primeiro a me apresentar à UFSC. És eterno!

Marcelo, Karina e Karine, meus cunhados queridos, saibam que eu também vos amo.

Marcelinho, Bernardo, Sofia, Lucas, vocês também são elos dessa corrente de carinho e amor, obrigado.

À minha companheira Karla Vieira pelo amor que tudo suporta, pelos conselhos historiográficos, por ter acreditado na minha capacidade.

Por último, e não menos importante, quero agradecer à minha filha Isadora. Obrigado por sua existência, obrigado por ajudar a me tornar a pessoa que sou, e me fazer mudar a cada dia. Obrigado por me fazer sentir um amor tão grandioso, esse amor incondicional. Desculpe as minhas falhas e faltas. Quando comecei o curso de História você não tinha nem um ano de vida, já se passaram 14 anos. Essa jornada também é sua! Muito obrigado, filha.

Morreu na contramão atrapalhando o tráfego...
Morreu na contramão atrapalhando o público...
Morreu na contramão atrapalhando o sábado...
(Chico Buarque)

Sai indisposta,
com vontade de deitar.
Mas, o pobre não repousa.
Não tem o privilégio de gosar descanso
(Carolina de Jesus)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como o tema da vadiagem aparece nos jornais da Florianópolis de 1900 a 1930. Por meio da análise dos discursos da referida fonte de pesquisa, tenta verificar o quanto esse tema era presente na sociedade florianopolitana da época, qual a sua importância e o que era dito sobre ele. A pesquisa é embasada em revisão bibliográfica, nos censos de 1920, no Código Penal de 1890, e também no Código de Posturas da cidade de 1896, trazendo à tona a Florianópolis do início do século XX, com dados censitários, descrição e análise do espaço geográfico da sua região central, as transformações estruturais dessa região, as relações sociais e políticas da cidade e informações sobre os jornais *O Dia*, *República* e *O Estado*. A partir da investigação dos jornais do período e sua análise, o trabalho retrata como os mandatários do poder na cidade e seus agentes políticos pensavam e agiam em relação à vadiagem e ao ócio na população de Florianópolis, principalmente na camada mais empobrecida. As narrativas tendem a estigmatizar os habitantes que não possuem um trabalho formal ou que se encontram no ócio, marcando esses sujeitos com a insígnia da criminalidade. E pelo pensamento ideológico do início do século XX, com a ascensão do capitalismo no Brasil, há o discurso de valorização do trabalho formal e do ensino obrigatório. Por fim, esta pesquisa aborda as mudanças e permanências nos debates atuais sobre o mundo do trabalho.

Palavras-chave: vadiagem; trabalho; jornais; Florianópolis.

ABSTRACT

This study aims to understand how the theme of vagrancy appears in the newspapers of Florianópolis from 1900 to 1930. By means of discourse analysis of this research source, the study attempts to verify how prevalent this theme was in Florianopolitan society at the time, its significance, and what was said about it. The research is based on a literature review, the 1920 census, the 1830 Criminal Code of the Empire, the 1890 Penal Code, and the 1896 City Code of Ordinances, bringing early 20th-century Florianópolis to the forefront with census data, descriptions and analysis of the central region's geographical space, its structural transformations, the city's social and political relations, and information on the newspapers *O Dia*, *República*, and *O Estado*. Through the investigation and analysis of the period's newspapers, the work depicts how the city's power holders and political agents thought and acted regarding vagrancy and idleness among the Florianópolis population, especially the poorer segment. The narratives tend to stigmatize inhabitants without formal employment or those in idleness, branding them with the insignia of criminality. Ideological thinking of the early 20th century, with the rise of capitalism in Brazil, promotes the discourse of valuing formal work and compulsory education. Finally, this research addresses the changes and continuities in current debates about the world of work.

Keywords: vagrancy; work; newspapers; Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos bairros de Florianópolis em 1900: hipótese de zoneamento	23
Figura 2 – Legenda do Mapa dos bairros de Florianópolis em 1900	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRC Partido Republicano Catarinense
PRM Partido Republicano Mineiro

SUMÁRIO

1	VOCÊ VAI GOSTAR, TÔ LEVANDO UNS AMIGOS PRA CONVERSAR	14
2	ESSA MOÇA TÁ DIFERENTE	20
3	VAI TRABALHAR, VAGABUNDO; VAI TRABALHAR, CRIATURA	32
3.1	VAI TE ENTREGAR, VAI TE ESTRAGAR, VAI TRABALHAR	34
3.2	É A CRIANÇADA, SE ALIMENTAR DE LUZ.....	47
4	ERGUEU NO PATAMAR QUATRO PAREDES SÓLIDAS	58
	REFERÊNCIAS	63

1 VOCÊ VAI GOSTAR, TÔ LEVANDO UNS AMIGOS PRA CONVERSAR¹

Este trabalho é o reflexo de perturbações em minha juventude e fase adulta. Nascido e criado em Florianópolis, dentro de uma família de trabalhadores, e intensificadas por meu envolvimento no movimento estudantil e sindical, as questões sobre os mundos do trabalho me foram a floradas. Digo “perturbações” porque as inquirições sobre trabalho formal, a intensidade do trabalho e a dedicação ao labor me eram e ainda são apontadas. Junto também as minhas inquietações sobre o modo de trabalho, a produção alienada, a exploração e opressão de uns sobre outras/outros, inquietudes nascidas da minha práxis, trouxeram-me até aqui.

Com essas marcas e cicatrizes no corpo, por um tempo me indaguei sobre aquelas e aqueles que estão à margem, fora do centro do trabalho assalariado formal, fora do dito “trabalho descente”. São aquelas pessoas “malfaladas”, as “malcriadas”, as indolentes, as “suja”, as incômodas: as malandras e malandros, as vadias e vadios, as vagabundas e vagabundos. Mas o que, ou quem, seriam essas pessoas? O que essas alcunhas carregam de histórico?

Decido, então, debater a vadiagem/malandragem, com a intenção de passar longe da crucificação ou difamação desse tema, e, também, de me distanciar de qualquer romantização ou glorificação. O que trago para a discussão está sob a chave dos mundos do trabalho, ou seja, como a vadiagem se insere nas várias questões relacionadas ao trabalho. No entanto, é necessário “afunilar” o campo de pesquisa.

Para isso, envolvo este trabalho acadêmico no recorte temporal das três primeiras décadas do século XX, e Florianópolis como seu palco. Esse século, já no seu início, é marcado

¹ Os componentes textuais da pesquisa (Introdução, Desenvolvimento e Conclusão) foram nomeados com partes de músicas de Chico Buarque de Hollanda: “Você Vai Gostar, Tô Levando Uns Amigos Pra Conversar” (Introdução), refere-se à música *Feijoada Completa* (HOLLANDA, Chico Buarque de. *Feijoada Completa*. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1978. 1 CD. Faixa 1); “Essa Moça Tá Diferente” (Primeiro Capítulo), à música *Essa moça tá diferente* (HOLLANDA, Chico Buarque de. *Essa Moça Tá Diferente*. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque vol. 4**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1970. 1 CD. Faixa 1); “Vai Trabalhar, Vagabundo; Vai Trabalhar, Criatura” (Segundo Capítulo) e “Vai Te Entregar, Vai Te Estragar, Vai Trabalhar” (primeiro subcapítulo), também o título da pesquisa, são referentes à música *Vai Trabalhar Vagabundo* (HOLLANDA, Chico Buarque de. In: BUARQUE, Chico. **Meus Caros Amigos**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976. 1 CD. Faixa 5); “É a Criançada, Se Alimentar de Luz” (segundo subcapítulo), à música *Brejo da Cruz* (HOLLANDA, Chico Buarque de. *Brejo da Cruz*. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1984. 1 CD. Faixa 2); por último “Ergueu no Patamar Quatro Paredes Sólidas” (Conclusão), à música *Construção* (HOLLANDA, Chico Buarque. *Construção*. In: BUARQUE, Chico. **Construção**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1971. 1 disco sonoro. Lado A, Faixa 4). Todas foram escolhidas por fazerem alusão ao tema desse trabalho, seja pela questão do ócio, do lazer, ou pela questão do trabalho. A letra de cada uma delas pode ser lida na íntegra no sítio do compositor, disponível em: <https://www.chicobuarque.com.br/>. Acesso em: 6 nov. 04.

por rápidas transformações, feitas na velocidade das máquinas fabris e das comunicações, como a imprensa. “Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração” (Luca, 2019, p. 137).

No entanto, para a construção das páginas seguintes fez-se necessário olhar para trás e verificar o que se tinha escrito sobre ele. Assim, percebi que o tema da vadiagem/malandragem em Florianópolis, nesse mesmo período do tempo, foi discutido no meio acadêmico da História pela questão da repressão social através dos órgãos de polícia e da administração pública². E com a intenção de dar mais musculatura sobre o cenário social dessa época na cidade, surge a necessidade de analisar os seus jornais e lhes perguntar: os jornais de Florianópolis entre 1900 e 1930 trataram sobre a vadiagem?

Você pode concordar comigo que essa pergunta está muito rasa ou simplória, é preciso ter algo mais consistente que possa sustentar esta pesquisa até o final. O olhar tem que ser mais profundo.

Surge então o problema de pesquisa: se e como os jornais de Florianópolis, dentre 1900-1930, abordam a questão da vadiagem? Assim, a pesquisa trataria de como os jornais do período falam, se falam, sobre a vagabundagem, a ociosidade, o trabalho. Fazer a análise dessas falas é tentar descobrir quais são as mudanças e permanências no discurso, e se o contexto nacional influenciou o local. Este trabalho por meio dessa fonte, pode mostrar qual era o pensamento que circulou na sociedade de Florianópolis relacionado às vadias e vadios, e às trabalhadoras e trabalhadores, e em que ponto esses se opõem ou se coadunam. Podemos ir para além do discurso. É possível que a pesquisa nos traga, por meio de suas fontes, quais eram as dinâmicas do cotidiano, as interrelações entre as classes sociais envolvidas.

Não há como fazer análise de fontes, suas interpretações, apenas com a mera vontade de fazê-la, muito menos de forma aleatória. É necessário método! E, claro, muita dedicação... Saber como caminhar, onde pisar, ter um mapa com as coordenadas é fundamental.

Marc Bloch (2001, p. 128) nos disse que para “fazer uma ciência, serão sempre precisas duas coisas: uma realidade, mas também um homem” (reescrevendo em tempos de agora: *um ser humano*). Ao realizar o seu ofício, o escrever a História, o historiador parte para a análise dos documentos históricos, o farejar daqueles rastros e pegadas deixadas pelos humanos no

² Retratado nos trabalhos: ANAISSI, Vinicius Possebon. *Vivenciando uma cidade em transformação: cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1899-1920)*, 2009; GUIMARÃES, Janete. *Postura policial na criminalidade cotidiana: Florianópolis no alvorecer do século XX*, 2007; SARDÁ, Juliana. *Na contramão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX*, 2005. Há outros que abordam a vadiagem e jornais, mas não como ponto central de pesquisa.

seu caminhar pelo tempo. Esses documentos podem ser de variadas formas: orais, escritos, impressos, visuais... Karnal e Tatsch (2017, p. 24) sintetizam muito bem o que é um documento histórico, para eles “é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”.

O escrever a História significa analisar criticamente esses documentos a partir do método científico, “isto é, de um conjunto de operações técnicas, com instrumentos e procedimentos que demandam uma necessária aprendizagem de critérios de cientificidade [...] que encontra sustentação na análise crítica do documento histórico” (Samara; Tupy, 2007, p. 11). Será do historiador a percepção de que o documento histórico é dotado de complexidade, pois esse documento não existe por si só, ele é criado. Assim, surgem, inevitavelmente, perguntas: quem o fez? quando e como o fez? para quem o fez? quem e como o interpreta? O documento histórico é um poço de intencionalidades.

A pesquisa histórica deve considerar que o documento é produzido com intencionalidades dos grupos sóciopolíticos do seu período. No entanto, também a cada análise histórica, a cada pretensão e intenção dadas pelo contexto histórico, o documento será acometido de mutação. Ou seja, ser mais ou ser menos importante; ser revelador ou encobridor; confirmar suposições ou derrubar teses, afirmar/reafirmar poderes, ou abalar suas estruturas. Como afirma Karnal e Tatsch (2017, p. 12), “Todo documento histórico é uma construção permanente.”

“Nessa perspectiva todos os documentos são, ao mesmo tempo, falsos e verdadeiros. A tarefa do historiador consiste em desmistificar o seu significado aparente, explicitando que sua roupagem resulta de uma construção”, afirma Capelato (1994, p. 24). Em síntese, os documentos históricos são uma construção humana, sendo assim, há vários elementos nessa construção, e é papel do historiador esmiuçá-los.

Ao compreender como deve ser o trabalho com os documentos históricos, o próximo passo é definir o trato com as fontes escolhidas para a pesquisa. Como mencionei anteriormente, eu analiso os jornais da Florianópolis do início do século XX. Assim como qualquer tipo de fonte, os jornais também possuem suas particularidades que precisam ser consideradas durante a investigação. Por escolha metodológica, ao fazer as citações diretas dos jornais, transcrevo os textos respeitando a grafia original dos documentos. Sendo assim, algumas palavras aparecerão conforme a gramática vigente no período histórico pesquisado, podendo diferir da forma como escrevemos atualmente.

Os jornais pertencem ao universo das fontes escritas e, para podermos identificá-los “implica, em um primeiro momento, estabelecer o contexto histórico [...], não apenas definindo as relações entre seus conteúdos e a época em que o mesmo foi produzido, como também reconhecendo o(s) seu(s) autor(es)” (Samara; Tupy, 2007, p. 121). As autoras também destacam a importância de o historiador pensar nas apropriações que os leitores fazem do texto.

A complexidade de um jornal, como fonte histórica, reside na diversidade de elementos que ele apresenta. Longe de se imaginar que sua análise é apenas de seu conteúdo textual, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (Luca, 2019, p. 139). Não basta apenas analisar o texto, a matéria do jornal, é obrigatório associá-los ao próprio jornal: sua materialidade (corpo de editores, técnica de produção, formato, tiragem etc.); os seus proprietários e a que classe social a que pertencem; para quem se destina o periódico; e o lugar que todos esses aspectos ocupam na História (Albuquerque Junior, 2017; Capelato, 1994; Luca, 2019; Samara; Tupy, 2007).

Capelato (1994, p. 13) destaca como os jornais podem refletir o cotidiano de uma sociedade, com todas as suas disputas sociais envolvidas, que a “imprensa registra comenta e participa da história”. Dessa forma, os periódicos tornam-se uma rica fonte de pesquisa histórica. No entanto, os jornais podem representar um jogo de interesses, que podem ser defendidos dentro da imprensa; assim, o historiador deve se manter alerta ao puxar os fios desse novelo. E por trazerem essas lutas, o discurso é de suma importância para a conquista e consolidação do terreno ideológico.

Dada essa complexidade, a análise de discurso torna-se necessária para compreender esse passado de Florianópolis por meio dos jornais. Pois nos jornais do início do século XX, a notícia se torna a prioridade, ou seja, a vida política, eventos esportivos e policiais, os acontecimentos fora do Brasil, e com foco nos fatos locais (Bahia, 1990, p. 131). Essas notícias são carregadas de intencionalidades, de entrelinhas, de interesses do que mostrar e do que deixar encoberto. O discurso!

Estar ciente de que não há neutralidade nos dizeres das páginas de um jornal é fundamental para a pesquisa histórica dessa fonte. Por isso, o estudo dos seus discursos embutidos, outrora em preto e branco, torna-se indispensável. Entender as suas funcionalidades e as dinâmicas, “é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória

constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro”, conforme Orlandi, (2015, p. 8).

Em uma folha de jornal, a partir do escrito, há um jogo de poderes, e esse jogo revela-se pelos pensamentos ideológicos em disputa. E o “discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 15). E quando falo em jogo de poderes, refiro-me às lutas travadas entre as classes sociais em uma sociedade. Assumo, nesse sentido, a concepção de que “a história de toda a sociedade é a história das lutas de classes” (Marx; Engels, 2012, p. 44).

Essa é uma ferramenta de análise que nos auxilia (eu e você leitora e leitor) a compreender as transformações na sociedade através da história, bem como a realidade da sociedade atual. O materialismo histórico-dialético entende que o mundo que conhecemos não foi, nem é eterno; ao contrário, é mutável. Essa mutabilidade ocorre por meio da ação do ser humano na/com a realidade. A realidade é “um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram [...] e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (Marx; Engels, 2007, p. 30). Assim, posso indicar que a História deve estudar, analisar, pensar e refletir sobre o ser humano em sua caminhada ao longo do tempo até a realidade em que vive atualmente.

Recorro aos ombros dos autores supracitados para compreender que a história da humanidade é, em essência, a nossa própria relação com a natureza, mediada pelo legado de seus antepassados, sempre ancorado na materialidade. O materialismo histórico-dialético nos permite compreender que o ser humano “faz” seu próprio destino, mas dentro das condições previamente estabelecidas, dentro das estruturas já existentes. Em outras palavras, tudo pode mudar, mas sempre a partir de uma base material existente. Nós somos o que produzimos e como produzimos — seja um sapato, uma relação amorosa, um texto para um jornal, uma lei, ou uma forma de organizar a sociedade. No entanto, sempre partindo do real, do material, do palpável, e não do abstrato (Marx; Engels, 2007, p. 43, 87, 94).

Com essa bússola — de que transformamos a realidade por meio da própria realidade — posso fundamentar minha abordagem para a análise das fontes e do período histórico proposto neste trabalho acadêmico. O objetivo é analisar o que há de permanência do “antigo” e o que há de sopro do “novo”. Procurarei nas fontes o que há de luta e/ou coadunação nas relações sociais das classes envolvidas aqui neste estudo.

Para organizar a escrita e facilitar a leitura, dividi o texto em dois capítulos. O capítulo “Essa Moça Tá Diferente” traz o panorama da Florianópolis do início do século XX, com algumas pinceladas do fim do século XIX. Este capítulo aborda o cenário político e social da cidade, sua geografia urbana e as transformações estruturais ocorridas. Além disso, também são tratados os três jornais do período nos quais mais surgiram o tema da vadiagem³: *O Dia*⁴, *República*⁵ e *O Estado*⁶. Periódicos esses que foram a base principal da pesquisa.

Em seguida, no capítulo “Vai Trabalhar, Vagabundo; Vai Trabalhar; Criatura”, realiza-se a análise das fontes. Há notícias de prisões, discursos oficiais, matérias, cartas de leitores, entre outras, que trazem à tona o tema desta pesquisa, e são analisadas sob a ótica do trabalho. Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. O primeiro, “Vai Te Entregar, Vai Te Estragar, Vai Trabalhar”, trata da discussão dos jornais sobre o tema como um todo e aborda fatos ocorridos com pessoas adultas. No segundo subcapítulo, “É a Criançada, Se Alimentar de Luz”, o debate é centralizado nas notícias e matérias relacionadas à infância e juventude e sua associação com a vadiagem.

Por fim, em “Ergueu no Patamar Quatro Paredes Sólidas”, encontra-se a conclusão desta pesquisa, com interpretações das análises realizadas nos capítulos anteriores e uma conversa sobre as permanências e mudanças relacionadas ao tema.

O trabalho está aberto...

³ Para selecionar quais jornais seriam analisados, foram pesquisadas as palavras *vadiagem*, *malandragem*, *vagabundagem*, *vadia*, *vadio*, *malandra*, *malandro*, *vagabunda*, *vagabundo* por meio da ferramenta de busca no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que pode ser acessado em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴ *O Dia* era publicado de terça à domingo, geralmente com quatro páginas, porém a partir de 1916 ele dobra essa quantidade. Em 1910 abre-se a possibilidade de pessoas no exterior fazerem sua assinatura. Infelizmente nas edições analisadas não havia a sua tiragem.

⁵ O jornal *República* era publicado de terça à domingo, com quatro páginas por edição. Infelizmente nas edições analisadas não havia a sua tiragem, e só nas de 1922 é que possui, no final de cada última página, o Expediente com os valores de assinatura e lugar de impressão.

⁶ *O Estado* era publicado de segunda à sábado, até meados de 1924 eram edições em sua maioria com 4 páginas, depois passam para 6, não há informações das tiragens.

2 ESSA MOÇA TÁ DIFERENTE

Nas três primeiras décadas do século XX, Florianópolis respirava diferente, já não suspirava mais tal qual uma moça do Romantismo brasileiro. Fatos ocorridos quando ainda era Desterro⁷, após a Proclamação da República, e às novas aspirações mundiais, impulsionaram transformações profundas em nossa cidade. Sabemos que na puberdade não há apenas as flores das idealizações do amor encantado; há ventanias de emoções intensas que abalam qualquer um — até mesmo uma cidade.

Início esse panorama sobre Florianópolis com base nos dados do censo daquele período. De acordo com o relatório do recenseamento de 1920, na cidade, em 1890, havia 30.687 habitantes; em 1900 a população era de 32.229, caracterizando um pequeno aumento de 5,02%. Em 1920 há um salto considerável, vamos para 41.338 habitantes — uma alta de 28,26% em relação a 1900, quase seis vezes maior do que o primeiro parâmetro (Diretoria Geral De Estatística, 1926, p. 10)⁸. Desse último total, 52,9% eram de mulheres e 47,1% de homens, proporções que se mantiveram praticamente iguais nos censos de 1890 e 1900 (Diretoria Geral De Estatística, 1926, p. 23)⁹. Esses números demonstram que a diferença entre os gêneros fora muito pequena em Desterro/Florianópolis, essas proporções eram bem distribuídas com uma superioridade numérica das mulheres, mas isso não significa que aqui não se mantinha uma sociedade patriarcal, como ainda o é atualmente.

O mesmo relatório nos informa que, no ano do recenseamento na capital catarinense, a densidade demográfica do município de Florianópolis era de 117,438 habitantes por quilômetro quadrado. Esse índice era superior ao de Porto Alegre, que registrava 72,871hab./km², também maior do que outras dez capitais à época. E razoavelmente próxima de Belo Horizonte (163,093hab./km²), onde suas áreas territoriais também são semelhantes (Diretoria Geral De Estatística, 1926, p. 17). É necessário lembrar que Florianópolis não se restringia ao polígono central e suas adjacências. Nesse ano, além do distrito Florianópolis (o que seria a parte central), havia os distritos de Cachoeira, Canasvieiras, Lagoa, Ribeirão, Rio Vermelho, Saco dos Limões, Santo Antônio, Santíssima Trindade e em 1930 é criado o distrito

⁷ Em meados de 1894, ocorreu a mudança do nome da capital catarinense: de Nossa Senhora do Desterro, passou a ser denominada Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (Araújo, 1894, p. 10).

⁸ As paginações do relatório de 1926 do Recenseamento de 1920 citadas no texto, no relatório estão em algarismos romanos, pois encontram-se na sua introdução.

⁹ Os números absolutos foram retirados do recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920 feito pela Diretoria Geral de Estatística (1926). As porcentagens são a minha interpretação desses números.

de Pântano do Sul¹⁰. Mesmo com oito distritos além do central, a população se concentrava no polígono central (Araújo, 1989; Santos, 2009).

Outro relatório desse recenseamento apresenta dados sobre a alfabetização em Florianópolis. Entre os habitantes acima de 15 anos, 13.463 não sabiam ler nem escrever, já os que sabiam ler e escrever, nessa mesma faixa etária, era um total de 13.531 (Diretoria Geral De Estatística, 1929, p. 24)¹¹. Isso revela que praticamente a metade da população ativa de Florianópolis não era alfabetizada. Contudo, não podemos nos enganar que essas pessoas não tinham acesso ao conteúdo dos jornais. Notícias, histórias, reclames, propagandas contidas nas fontes de debate desse trabalho, também circulavam, como circulam as atuais, de outras maneiras, não apenas na leitura por si só.

Eu e você também podemos ver como era na nossa cidade, a divisão populacional entre brasileiros e estrangeiros. De acordo com o recenseamento, dentre os 41.338 habitantes, 1.024 eram estrangeiros e outros 62 não havia definição. Os dados que nos faltam são sobre a caracterização racial da população desse período, provocando lacunas importantes. Em nenhuma parte dos relatórios do recenseamento de 1920 aparecem esses números: quantidade de pessoas negras, de brancas, pardas ou de outras raças. Essa ausência de dados remete a uma tentativa da época de inviabilização da população preta a partir da política institucional brasileira de embranquecimento da sociedade (Teixeira, 2020).

Nós dois não devemos acreditar na narrativa construída ao longo de décadas – intencional e persistente – de que Santa Catarina, (e o Sul brasileiro), por extensão Florianópolis, seria composta exclusivamente por uma população branca. Até porque isso já está velho, obsoleto e carcomido pela historiografia. Estudos realizados há algum tempo já trataram da forte presença e mobilidade social de mulheres e homens pretas em Desterro/Florianópolis¹². No entanto, gostaria de dar ênfase à produção historiográfica recente, de exemplos como pesquisas de Fábio Garcia, de Karla Leandro Rascke e, também, de Luana Teixeira¹³. São pesquisas que estão mais alinhadas com o “pensar do agora” da historiografia sobre o tema.

¹⁰ O histórico da formação administrativa de Florianópolis pode ser visto em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/historico>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

¹¹ A paginação do relatório de 1929 do Recenseamento de 1920, citada no texto, no relatório está em algarismo romano, pois encontra-se na sua introdução.

¹² Ver exemplos como os livros de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni - *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, editado em 1960; Fernando Henrique Cardoso - *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*, editado em 2000; e, também, Paulino de Jesus Francisco Cardoso - *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*, editado em 2008.

¹³ Para saber mais, convido-os a ler as seguintes obras dos autores citados: GARCIA, Fábio. **Negras pretensões: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do**

Essa população preta morava/mora, circulava/circula, trabalhava/trabalha, ociava/ocia em várias localidades de Desterro/Florianópolis desde o século XIX, como aponta Mamigonian e Vidal (2013)¹⁴. Também produziam seus periódicos, Rascke (2018) indica que os jornais *O Literato*, *A Urucubaca*, *Folha Rósea* e *XXIX de Maio* foram editados por intelectuais negros em Florianópolis nas primeiras décadas do século passado¹⁵. De acordo com Cardoso (2008, *apud* Rascke, 2018, p. 41), bairros “[...] como Figueira, Pedreira, Tronqueira, Campo do Manejo e Cidade Nova possuíam, como uma de suas marcas, a concentração de populações de origem africana [...]”, todos no polígono central, situados a leste e a oeste da Praça XV de Novembro.

No entanto, não apenas nessa parte do centro, também viviam e foram — ainda são — base do Ribeirão da Ilha, o que contradiz a propaganda, tanto da mídia pública quanto da privada, como um local exclusivo da cultura açoriana, ou majoritariamente formado por imigrantes vindos da Ilha dos Açores (Machado, 2016). Inclusive eu te convido a visitar a Freguesia do Ribeirão da Ilha (mais adjacências) e procurar pelas famílias Vieira, Cunha, Fraga, Feliciano e Silva, verás que esses corpos não são brancos.

Se temos como referência a Praça XV de Novembro, o polígono da região central de Florianópolis era composto pelos bairros ao norte: **Praia Grande, São Luiz, Mato Grosso**; a nordeste: **Tronqueira**; a leste os bairros: **Pedreira, Campo do Manejo, Toca**; a sudeste: **Menino Deus**; para oeste os bairros: **Estreito**, o bairro portuário **Rita Maria, Figueira**; e a

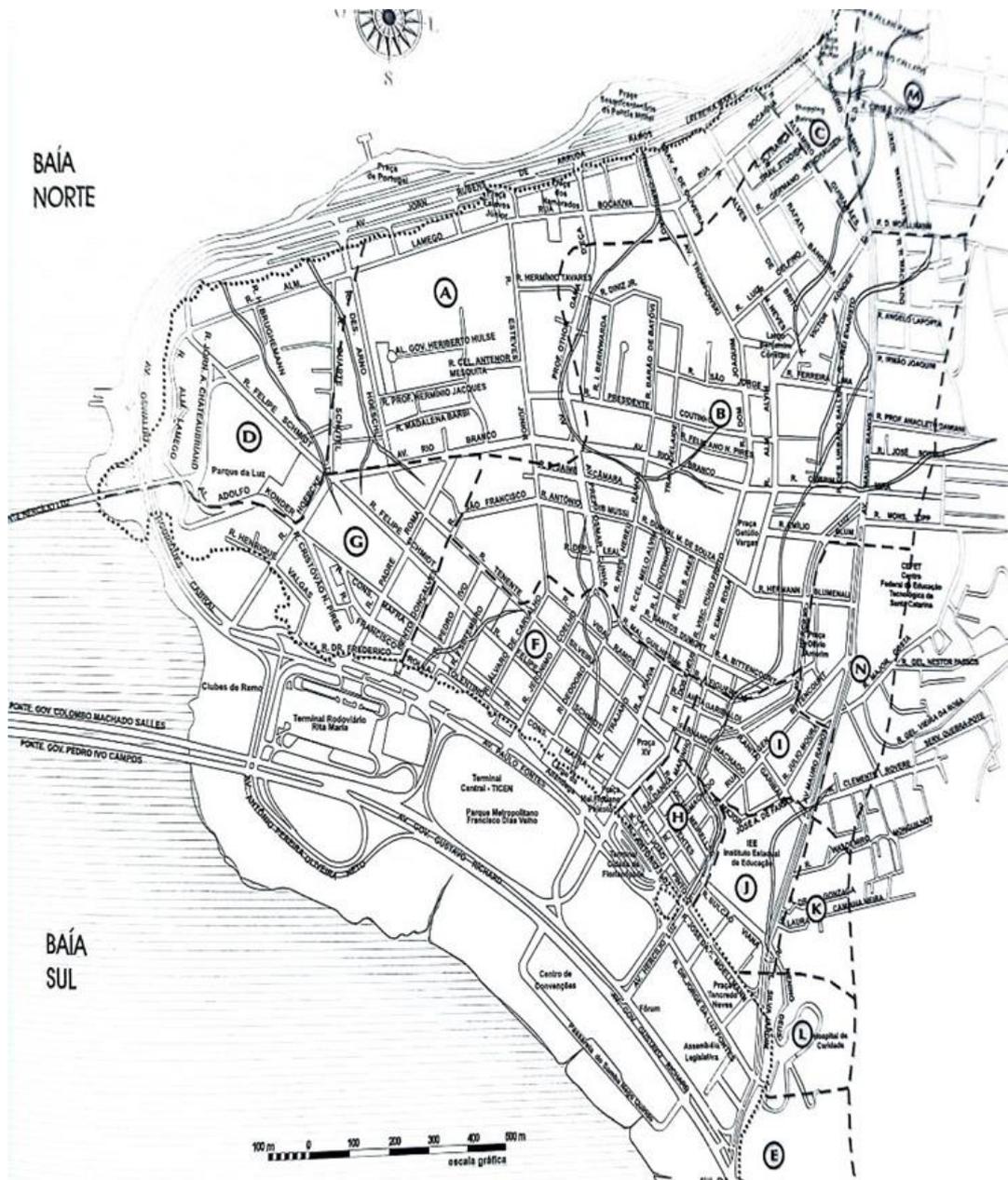
século XX. Florianópolis: Ed. Umbutu, 2007.; GARCIA, Fábio. **Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no Sul do Brasil**. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2017.; RASCHE, Karla Leandro. Escritos de Trajano Margarida: intelectualidade negra no pós-abolição em Santa Catarina (Brasil). *In: Estudos Afrolatinoamericanos 3*: Actas de las Quintas Jornadas de GEALA, v. 1, Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorin, 2017. p. 250-260.; RASCHE, Karla Leandro. **Samba, caneta e pandeiro: cultura e cidadania no Sul do Brasil**. Curitiba: CRV, 2019.; TEIXEIRA, Luana. Os homens do Centro: política, classe e raça na Florianópolis dos anos 1920. *In: MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (org.). Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Sagga, 2020. p. 75-93. Confesso que todos esses textos eu tive contato a partir do trabalho, anteriormente citado, de Teixeira (2020).

¹⁴ O livro *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, organizado por Betriz Gallotti Mamigonian e por Joseane Zimmermann Vidal, traz doze textos, de autores diferentes, em que mostram a presença e relações sociais de comunidades pretas no pré e pós-abolição em Desterro/Florianópolis.

¹⁵ Em seu artigo Karla Leandro Rascke (2018) analisa como essas publicações, chamadas de imprensa negra, tratavam sobre o acesso à educação e o combate ao racismo.

noroeste a **Praia de Fora** (Veiga, 2008)¹⁶. Essa divisão reflete a ocupação da cidade à época. Podemos visualizar melhor no mapa (Figura 1)¹⁷:

Figura 1 – Mapa dos bairros de Florianópolis em 1900: hipótese de zoneamento



Fonte: Adaptado de Veiga (2008).

¹⁶ As áreas descritas e suas localizações são a minha interpretação a partir do que está em Veiga (2008). A autora fez uma robusta pesquisa traduzida em livro sobre a região urbana de Desterro/Florianópolis desde o século XVI até o XX. Nele, há detalhes sobre logradouros e regiões desse período e sobre mudanças arquitetônicas, há mapas que por si só já poderiam contar essa história de Desterro/Florianópolis.

¹⁷ O mapa de que se refere à Figura 1 e a legenda que se refere à Figura 2 foram elaborados por Eliane Veras da Veiga (2008), com colaboração de Aldo Nunes e desenho de Joel Pacheco. No livro da autora, as duas figuras são apenas uma, encontrada como “Mapa 12”.

Figura 2 – Legenda do Mapa dos bairros de Florianópolis em 1900



Fonte: Adaptado de Veiga (2008).

Os bairros Pedreira, Toca, Figueira e Tronqueira concentravam os trabalhadores urbanos e suas famílias, sendo caracterizados como territórios de condensação da população mais empobrecida (Araújo, 1989, p. 36). Nessas quatro localidades, bem como no Campo do Manejo, situavam as “casinhas do povo mais pobre, as casinhas de porta e janela em pior estado de

conservação, casinhas de redutos quase exclusivos de gente pobre” (Santos, 2009, p. 79). Em contraste, bairros como Praia de Fora e Mato Grosso eram localidades menos populosas, onde famílias mais abastadas possuíam residências de arquitetura mais moderna, uma área mais nobre (Várzea, 1900 *apud* Veiga, 2008). Ao analisar os dados do registro de imóveis de 1895, Vinicius Anaissi (2009, p. 27) destaca “a presença de vultuosos imóveis [...] no bairro Praia de Fora [...]”, reforçando a ideia de uma desigualdade espacial evidente na configuração urbana da época.

Rascke (2018, p. 42) nos fornece um panorama de Florianópolis na virada para o século XX:

Bondes puxados à tração animal, uma ilha “isolada” do continente por não possuir ponte, problemas com a infraestrutura básica, iluminação pública em apenas algumas regiões, poucas áreas com água encanada, formação de novos territórios após a Abolição, reconfiguração e expulsão em razão de inúmeros impostos e exigências municipais que a população empobrecida e de origem africana estava impedida de arcar, além de processos migratórios de regiões e municípios no entorno de Florianópolis, compunham cenas cotidianas de uma cidade em movimento[...].

Florianópolis, à época, apresentava uma economia marcada pela agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e pela pesca, atividades realizadas tanto nas regiões do interior quanto na área central. No entanto, essas práticas possivelmente não conseguiam atender toda a demanda da cidade (região urbana e interior), por isso havia uma vinda constante de produtores de outras cidades para comercializar suas mercadorias (Araújo, 1989; Neckel, 2003; Pedro, 1994). Diferente de Joinville, que, nas últimas décadas do século XIX, já contava com setores agrícolas e industriais com uma produção substancial (Ferreira, 2019).¹⁸

Hermetes Reis de Araújo, citando Renato Barbosa, diz que a Florianópolis dos anos 1920 possuía uma produção industrial diminuta, sua agricultura não conseguia abastecer suas próprias necessidades, exigindo o fornecimento de produtos de outras regiões de Santa Catarina. Segundo ele, aqui, dos profissionais liberais, o exercício da atividade centrava-se em apenas uma pequena elite, composta por três médicos, dois advogados e um odontólogo, enquanto poucas empresas prosperavam, como as de Carl Hoepeck, entre outras (Barbosa, 1979 *apud* Araújo, 1989, p. 47). Se esse cenário descrito pelo autor já era tão limitado na

¹⁸ Em sua tese de doutorado, o autor traz os relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e dados oficiais do governo federal referente à produção agrícola, comércio e indústria de Joinville na segunda metade do século XIX.

década de 1920, imaginemos as dificuldades nos primeiros anos daquele mesmo século. Mas, será mesmo que o panorama era esse retratado por Barbosa?

Essa fala não dá um sentimento de que aqui era uma cidade parada, que as coisas só aconteciam por meio de alguns, aqueles que possuíam o poder econômico e político? Se você for no texto original verá que o autor dá uma ênfase à tal elite de profissionais liberais e às empresas prósperas, e que sem eles aqui nada seria. Esse pensamento é fruto de uma historiografia tradicional que apresenta o tempo girando em volta dos chamados “de cima”. Corrente historiográfica essa que lembra de esquecer aquelas e aqueles que diuturnamente circulam pelas ruas e becos, que movem a máquina econômica com a venda da sua força de trabalho.

Trago alguns elementos para a contraposição desse pensamento historiográfico e, também, sobre Florianópolis no início do século XX. Tal como a pesquisa de Rafaela Leuchtenberger (2019) sobre as associações voluntárias de socorros mútuos da capital catarinense desse período. Essas entidades tinham o papel de representar seus associados perante a patronal e, também, de oferecer ajuda financeira, além de outras formas, em caso de impossibilidade de trabalho por doença ou morte. A historiadora revela que, nesse contexto, havia em Florianópolis

32 associações: seis se organizavam pluriprofissionalmente – ou seja, sem fechamento em torno da profissão; uma reunia trabalhadores de uma mesma fábrica; duas se organizavam por indústria, reunindo trabalhadores de funções diferentes, mas do mesmo setor industrial; e 23 eram organizadas de acordo com o ofício – sendo 11 delas voltadas aos trabalhadores do funcionalismo público e 12 do setor privado (Leuchtenberger, 2019, p. 219-220).

Esses números nos dão uma noção do movimento laboral existente na cidade, pois essas associações faziam a ponte entre o empregador e o empregado. Isso evidencia que havia tensões nas relações de trabalho, envolvendo questões como o valor a ser pago, quem seria contratado para um determinado serviço, além das condições acordadas e/ou impostas por ambas as partes. E isso se refere apenas ao trabalho formal. Fora os encadeamentos do trabalho não formal: biscates, camelôs, prostitutas, carregadores, lavadeiras, entre outros. Florianópolis era um lugar vivo, pulsante. De certo, comparando-a com Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, por exemplo, essa nossa capital era uma cidade pequena. No entanto, aqui o que nos importa não é o tamanho, e sim as relações sociais existentes na época. Todas elas são importantes — sejam as relações entre as elites, da elite com a ralé, da ralé com a ralé, ou entre

os próprios trabalhadores das classes populares. Por isso, eu estou aqui contigo a analisar essa rica e multifacetada paisagem da Ilha de Santa Catarina.

E nessa intenção de buscar as relações/tensões sociais do período, é impossível falar de Florianópolis do 1900-1930 e não falar das mudanças estruturais urbanas promovidas pelo poder público.

A área central de Florianópolis no início do século XX passou por inúmeras reformas e melhoramentos: em 1909, foram instaladas as primeiras redes de água encanada; entre 1913 e 1917, foi construída a rede de esgotos; em 1910, foi instalada a iluminação pública com energia elétrica; em 1919, foi iniciada a construção da primeira avenida da cidade que no término passou a chamar-se Avenida Hercílio Luz; em 1922, foi dado início à construção de uma ponte para ligar a Ilha de Santa Catarina ao continente fronteiro; esta, em sua conclusão em 1926, também recebeu o nome de Hercílio Luz (Neckel, 2003, p. 55).

O geógrafo André Luiz Santos também traz outros dados sobre a transformação estrutural da cidade:

a construção do novo mercado público (1898); rede de esgoto e linhas férreas de bonde à tração animal (1906 a 1910); rede telefônica municipal (1909); [...] agência do Banco do Brasil inaugurada em 1915; aumento e reforma da Praça Pereira e Oliveira (1907). [...] a canalização de córregos – o principal o da Fonte Grande (1920) [...]. [...] José Veiga e Avenida da Paz que foram niveladas, alargadas e retificadas; a Praça 17 de Novembro foi remodelado e inaugurado seu jardim, o maior da capital. Foi remodelado o edifício em que funcionava a estação Agronômica para servir de residência de verão ao governador. Foram reformulados os contratos de serviço de energia elétrica para melhorar e ampliar os serviços. Instalada a Companhia Carris Urbanos para o serviço de “auto omnibus” entre o centro e a estação agronômica. Ampliada e modernizada a rede telefônica local, instalada a rede telefônica intermunicipal e inaugurada a Maternidade (1927) (Santos, 2009, p. 425-426).

Nessas três décadas, ainda teve construção do Palácio Estadual da Assembleia Legislativa Provincial (entre 1908 e 1910), do Liceu de Artes e Ofícios (1917), o prédio próprio do Instituto Politécnico (1923), a inauguração da Escola Normal (1924), do Asilo de Órfãos São Vicente de Paula (1910), e a construção do Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim (1909) (Veiga, 2008). Essas transformações, em sua maioria, não foram subsidiadas a partir da economia própria de Florianópolis, até porque, como debatemos antes, ela era um tanto quanto insuficiente. No entanto, essas transformações foram possíveis graças à habilidade do poder político local em atrair recursos estadual, federal e até internacional (Araújo, 1989; Neckel, 2003; Pedro, 1994).

As “reformas e melhoramentos” tiveram consequências nefastas para uma parte da população de Florianópolis: a parte trabalhadora empobrecida. São os “[...] efeitos de

dominação, que provocam o aparecimento de desequilíbrios sociais e econômicos dotados de uma transcrição espacial” (Santos, 2017, p. 11). Dessa forma, também provocaram desequilíbrios no processo de reordenamento urbano de Florianópolis. A infraestrutura pensada para a região central da cidade não foi para melhorar a vida de todos, mas apenas para os abastados, pois, como afirma Santos (2009, p. 346) “Havia uma incompatibilidade entre os anseios das elites, seus projetos e planos para a cidade e o modo de vida, sobrevivência e permanência dos pobres no perímetro urbano de Florianópolis”. Os pobres ficaram literalmente à margem.

No mesmo período, havia o debate sobre saúde pública em todo o país, e a Ilha de Santa Catarina não passou ilesa. Era um discurso sanitarista sobre a preocupação da propagação de epidemias e seu combate. Essas epidemias “[...] atacavam geralmente as pessoas mais pobres, marinheiros, soldados, degradados, mendigos, prostitutas que viviam em condições sanitárias e higiênicas insalubres [...]” (Santos, 2009, p. 368). Quando alguém da população empobrecida era infectada, passava a ser retirado de suas casas e literalmente isolado na Ilha Guarazes¹⁹, sem ter a possibilidade de um tratamento de saúde em um local adequado, como um hospital. Já os ricos, por terem condições financeiras, eram tratados em casa, geralmente com acompanhamento médico (Santos, 2009).

Com a construção da Av. Hercílio Luz, por onde passava o Rio da Bulha, lugar em que as lavadeiras utilizavam para o seu trabalho, “[...] passou a ser uma das regiões residenciais prediletas da classe média e ali se multiplicaram habitações de fachadas ecléticas, dotadas de conforto e padrões higiênicos sadios” (Veiga, 2008, p. 215). Na outra mão, os outros que ali moravam, foram jogados para o Morro do Antão, longe dos olhos da burguesia florianopolitana e longe da infraestrutura recém-instalada. Ou seja, enquanto os ricos usufruem dos melhoramentos promovidos (luz elétrica, água, esgoto) para construir suas casas, os trabalhadores pobres são despejados e jogados para a periferia da cidade.

Florianópolis sob o influxo desta perspectiva era então considerada suja, atrasada, doente, pobre e feia quando as elites locais voltavam-se para uma realidade que se manifestava por toda a cidade: a presença por entre a maioria da população, principalmente a população de baixa renda, de relações informais de ajustamento social e de sobrevivência econômica que não se

¹⁹ Pequena ilha localizada em frente à Ponta do Recife ou Ponta do Coral (Av. Beira Mar Norte na região do Bairro Agrônômica) visto no Google Maps em https://www.google.com/maps/place/Ilha+Guarazes/@-27.5610386,-48.5483426,15z/data=!4m6!3m5!1s0x952747e77e33dda1:0xd3239ab335899ecc!8m2!3d-27.5527206!4d-48.5513983!16s%2Fg%2F11b6c601zx?authuser=0&entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEyNy4wIKXMDSoASA FQAw%3D%3D. Acesso em: 19 nov. 2024.

enquadravam nas instâncias regradas que esta burguesia pretendia impor ao espaço urbano (Araújo, 1989, p. 93).

Dessa forma, para dar espaço ao alargamento de ruas e a canalização do Rio da Bulha, estabelecer o serviço de água e esgoto, e associado ao discurso sanitário da época sobre o combate de epidemias, supostamente provocados pelo modo de vida da população empobrecida, o poder público promoveu a demolição dos cortiços e casinhas dos habitantes mais vulneráveis (Araújo, 1989; Santos, 2009), como aponta Neckel (2003, p. 66) “A Pedreira, a Figueira, e a Tronqueira [...] foram alvos sistemáticos de mudanças, inclusive com a retirada em bloco de quase toda a população destas áreas, pelo fato de inúmeras casas terem sido demolidas”.

No fim do século XIX, ocorreu uma diluição das fronteiras entre os abastados e as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo as condições de vida da gama empobrecida se deterioravam. Então, para “[...] reforçar as distâncias sociais entre os de cima e os de baixo e para tornar mais nítidos os limites entre os trabalhadores e os desocupados, múltiplos e diversos investimentos foram colocados em circulação” (Neckel, 2003, p. 25). Aliado ao projeto de fornecer ao capitalismo crescente uma mão de obra farta, pessoas que, mesmo com a memória do labor degradante da escravização, deveriam entrar nas fileiras da venda de força de trabalho.

Tinha-se, por parte da elite de Florianópolis, um pensamento de uma sociedade ideal por meio de correntes políticas, científicas e ideológicas através do positivismo (Santos, 2009, p. 416). Essa ideia, entretanto, não teve início ou foi exclusiva das três primeiras décadas do século XX em Florianópolis. Suas raízes remontam às influências e consequências do processo da Proclamação da República (pré e pós 15 de novembro de 1889), nesse contexto, estava em jogo a definição de qual tipo de república nós teríamos.²⁰ Aqui, para forçar o esquecimento da monarquia e implantar a memória da República, em 1890 a Câmara Municipal de Desterro muda o nome de ruas e praças, e em 1892 altera o nome do Teatro Santa Isabel para Teatro Álvaro de Carvalho (Neckel, 2003, p. 20-21).

Outro elemento que contribuiu na dinâmica social da capital catarinense, referente ao período aqui estudado, foi a Revolta Federalista (1893 – 1895), pois afetou as relações

²⁰ Para saber mais sobre essa disputa político-ideológica, sugiro a leitura de CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; e CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

políticas principalmente das oligarquias e o cotidiano da população florianopolitana.²¹ Influência materializada na mudança do nome da cidade, como já pontuei no início desse capítulo.

Também é necessário destacar o pensamento ideológico desenvolvido em Santa Catarina, referente a contraposições dos habitantes da faixa litorânea do estado aos do interior. De acordo com Araújo (1989), caracteriza-se por uma “teoria” do homem do litoral, em que preferimos nós vivermos ao sabor da natureza sem o labor no tempo frenético do relógio.²² O autor traz para a cena o pensamento propagado na época, o qual retratava os imigrantes que ocuparam o litoral — no caso de Florianópolis, os açorianos —, como avessos ao trabalho, como se fossem inaptos por preferirem viver da pesca, onde quem controla a rotina do labor é o mar e não o ser humano. Esse discurso, carregado de preconceito, contrastava com a visão idealizada dos imigrantes alemães e italianos no Vale do Itajaí e Planalto Norte, que eram frequentemente descritos como extremamente dedicados ao trabalho, seja na lavoura, na fábrica ou no comércio (Araújo, 1989).

À época, na cidade, tinha “uma elite letrada que obteve uma ascendência intelectual [...]. Estes personagens que se autodenominaram os verdadeiros produtores do saber local, [...] se pautou por tentar introduzir um maior cosmopolitismo aos saberes e às letras locais” (Araújo, 1989, p. 14). Elite essa que compunha os detentores e/ou os redatores dos jornais, e a classe política da época, principalmente do partido que dominava o poder público, o Partido Republicano Catarinense - PRC.

Esse ponto é importante para a análise que eu e você estamos fazendo. Pois as fontes estudadas nesta pesquisa estão diretamente ligadas a oligarquias políticas. Vejamos: o jornal *República* e o *O Dia* foram, cada um no seu espaço de tempo, os chamados “órgão” do Partido Republicano Catarinense. Eram o braço impresso do governo, neles se publicavam os atos oficiais do governador em exercício (exonerações, nomeações, discursos políticos) e sobre o seu seio familiar (Pedro, 1994, p. 84). Além da vida cotidiana da cidade e fatos em nível estadual, federal e internacional.²³

²¹ Neckel (2003), nos quatro primeiros capítulos do livro, aborda com alguns detalhes as influências na vida política de Florianópolis a partir da Proclamação da República e da Revolta Federalista.

²² Recomendo a leitura do texto *Tempo Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, capítulo componente do livro *Costumes em Comum* de Edward P. Thompson, nele o autor trata sobre como a Revolução Industrial e o avanço do Capitalismo influenciaram na mudança de referência de tempo nos trabalhos: THOMPSON, Edward Palmer. *Tempo Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*. In: **Costumes em Comum**. 2 ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005, p. 267-304.

²³ Durante a pesquisa, percebi que os jornais *República*, *O Dia* e *O Estado* publicavam matérias sobre questões nacionais e internacionais, tais como a chegada de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, notícias sobre a Primeira Guerra Mundial, também ligadas à Revolução Russa. Havia anúncios comerciais dos mais variados

A cena composta é a seguinte: havia disputas internas no PRC e essas eram encabeçadas por Hercílio Luz e Lauro Müller, cada um com seu grupo político. Mas, não eram por questões ideológicas, e sim, por divisão de cargos públicos e medição de influência política. Quando Felipe Schmidt foi governador de Santa Catarina, entre 1898 e 1902, recebia críticas do jornal *República*, e esse periódico era vinculado a Hercílio Luz. Com isso, por volta de 1901, o governador funda o jornal *O Dia* e o transforma no órgão do PRC, e o *República* deixa de circular em 1903. Entretanto, como o mundo dá voltas, em um acordo político entre Lauro Müller e Hercílio Luz, esse último volta a governar o estado em 1918, e ele trouxe novamente às ruas o *República* e como o jornal oficial do PRC. Como era de se esperar, nesse momento quem teve que sair do palco foi *O Dia*. Assim, pelos anos 20 daquele século, o roteiro ainda foi incrementado pela ascensão dos ruralistas de Lages, capitaneados pela família Ramos, principalmente por Nereu Ramos. Em oposição ao governador, Nereu funda o movimento Reação Republicana (Neckel, 2003; Pedro, 1994).²⁴

Nessa trama temos um outro elemento, o jornal *O Estado*, fundado na capital catarinense em 1915. O periódico passou por diversas “fases”, já que foi mudando de proprietário ao longo do período aqui estudado. No entanto, desde a sua fundação até outubro de 1925, era autodeclarado como um jornal independente²⁵. Porém, a começar por seus fundadores, o jornalista e político Henrique Rupp Júnior e o político e chefe de polícia Ulysses Costa, o *O Estado* manteve ligações estreitas com o PRC. Inclusive, na redação do jornal, havia membros efetivos do partido. O jornal também divulgava a rotina do governador em exercício, mesclando elogios e críticas às políticas de governo; no entanto, os textos elogiosos eram mais frequentes (Mata, 1996).²⁶

Esses jornais do período estavam diretamente vinculados aos interesses da classe dominante de Florianópolis, aos políticos, aos poderosos, e, ao mesmo tempo, eram eles os que imprimiam, em preto e branco, a vida cotidiana local (Araújo, 1989, p. 80). Sendo assim, o que era dito, escrito, quando se pensava na vadiagem dentro dos novos moldes da cidade?

tipos: cerveja, produtos de beleza, remédios, fumo, entre outros. Publicavam poesias e contos, além de ocorrências policiais, entre outras informações.

²⁴ Essa dinâmica política descrita pode ser vista com mais detalhes em Pedro (1994) e Neckel (2003).

²⁵ A partir da edição n. 3409 de 20/10/1925, o *O Estado* deixa de se autodeclarar como *Jornal independente de maior circulação de Santa Catharina para Empresa Editora “O Estado” Limitada*.

²⁶ A dissertação de Mata (1996) pesquisa a história do jornal *O Estado* e a influência política de seus mandatários.

3 VAI TRABALHAR, VAGABUNDO; VAI TRABALHAR, CRIATURA

Antes de começar a responder à pergunta do final do capítulo anterior, é necessário, ao menos, contextualizar o que seria a vadiagem no período histórico aqui analisado. Essa contextualização pode ser feita a partir do Código Penal de 1890, pois é com base nele que os órgãos institucionais (governo e a polícia) se pautavam para definir quem era ou não considerado vadio. Sim, eu sei que meu objeto de estudo não são os documentos oficiais (decretos, ofícios, autos policiais...), mas é por meio do pensamento sobre a lei que os documentos não oficiais — no caso, os jornais — reivindicam por ações dos órgãos públicos e conclamam a seus leitores e não leitores.

Então, e o que diz o Código Penal de 1890?

No seu Capítulo XIII *Dos Vadios E Capoeiras*, Art. 399 diz que:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costume (Brasil, 1890).

Essa definição é muito próxima do código penal anterior, o promulgado em 1830, pois o Capítulo IV, intitulado *Vadios E Mendigos*, Art. 295 diz: “Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e util, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente” (Brasil, 1830). O que destaque é que, em ambos os Códigos, há duas expressões chaves que determinam se uma pessoa pode ser considerada vadia ou não. Ouso dizer que as duas expressões seriam os critérios de análise seguidos para atribuir, ou não, o rótulo de vadiagem a alguém.

A primeira expressão-chave é se o indivíduo possuía um trabalho formal (profissão, officio, ocupação útil), e isso não é um critério frio e cru da lei: ou tem trabalho, ou não tem trabalho. É mais complexo, pois apenas são analisados pela lei quem é da classe trabalhadora. O que eu quero dizer é que somente se pode perguntar a alguém se tem ou não uma *ocupação útil* a quem a ela está inserida, a quem ao mundo do trabalho pertence. Estaria na cabeça dos mandatários cogitar questionar o senhor de engenho se ele possui ocupação? Ou estender essa indagação aos donos das fábricas aqui instaladas? Não, a resposta é claramente não. A pergunta sempre será essa àqueles que não pertencem à classe dominante. Em *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub (2012) faz uma análise sobre um projeto de repressão à ociosidade de 1888,

que teve sua apreciação na Câmara dos Deputados. Nesse debate, a partir do projeto, Chalhoub analisa que para os deputados “existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má é aquela característica das classes pobres [...]. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais...” (Chalhoub, 2012, p. 75). Esse era o pensamento...

Isso está intrinsicamente ligado a outra expressão: ter como subsistir. Esse critério é só para quem está constantemente na mira de não ter subsistência: a trabalhadora, o trabalhador. Esses são aqueles que, em determinados períodos de suas vidas, poderiam não ter absolutamente nada para comer, vestir, morar... Já os que possuíam bens, posses, renda acumulada não se considerava aplicar o critério da lei. A esses o *status quo* daqueles períodos (e, também, atualmente, sejamos francos) não permitiria essa indagação.

Lerice de Castro Garzoni (2009) aborda sobre essa névoa em retratar quem seria uma vadia ou vadio. Sobre esses dois códigos penais ela escreve:

essa forma aparentemente simples, centrada na ausência de ocupação e domicílio, está longe de ser precisa naquele momento histórico. Como definir ‘profissão, ofício, ou qualquer mister’ quando as ocupações destinadas às classes pobres eram extremamente instáveis, como o serviço no porto ou aqueles relacionados a atividades domésticas? (Garzoni, 2009, p. 67).²⁷

Quero expressar que nos dois Códigos Penais, 1830 e 1890, pelo menos no que se refere à vadiagem, às vadias e aos vadios, há um recorte de classe. São pensados/elaborados para atingir quem congrega a classe trabalhadora. Marx e Engels nos ajudam a entender essa elaboração quando dizem que “as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideológica das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias” (Marx; Engels, 2007, p. 47). Então, os Códigos Penais de 1830 e 1890 são frutos das ideias dominantes dos períodos, são a materialização, a partir do Estado, do pensamento dos poderosos daquele momento. Posso dizer que esses dois Códigos indicam que, aqui no Brasil, essa ideia de malandragem e trabalho já estava posta e vivida no século XIX quase que por inteiro, pelo menos. Sendo assim, ela tem muito corpo e musculatura para rondar as ruas de Florianópolis do início do século XX.

²⁷ No seu texto, onde ela fala sobre a instabilidade das ocupações citadas, em nota de rodapé, a autora recomenda “ver, respectivamente, ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Campinas: [s.n.], 2005. e, GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992” (Garzoni, 2009, p. 67).

3.1 VAI TE ENTREGAR, VAI TE ESTRAGAR, VAI TRABALHAR

A vigilância constante à classe empobrecida da cidade não se dava apenas pela polícia ou outros órgãos do poder público. Havia o olhar e a pena afiada de um setor que estava sempre em alerta para as questões pertinentes da sociedade florianopolitana e brasileira — ou, mais precisamente, para a defesa de seus iguais diante do que se queria problematizar: Os jornais! O tema da vadiagem era uma pauta recorrente que perambulava pelos “palcos” em preto e branco. Sempre havia algo a dizer, escrever, sobre as vadias e malandros, sobre os que não trabalhavam ou não tinham um trabalho formal.

Mas qual seria o interesse dos jornais das primeiras décadas do século XX em tratar costumaz a vadiagem ou a ociosidade?

Então, veremos aqui presente a prática de transformar a ideologia dos dominantes em ideologia dominante, como a única verdadeira. “Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, [...] a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas” (Marx; Engels, 2007, p. 48). As relações materiais estabelecidas no Brasil desde o final do século XIX, que vai até as primeiras décadas do século seguinte, era a da tentativa de formação de outra relação de trabalho dominante: a do trabalho não escravizado. Nesse contexto, era necessário esconjurar o fantasma do trabalho compulsório, servil e degradante, promovendo a glorificação e consolidação do trabalho livre e assalariado. Afinal, essa burguesia em ascensão — seja agrícola, industrial ou comercial, necessitava da disponibilização de uma força de trabalho em abundância.

Com isso, Lúcio Kowarick aponta que “a formação de um mercado de mão de obra livre foi um longo e tortuoso percurso histórico, marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência” (Kowarick, 2019, p. 16) e que além da expropriação e negação aos instrumentos produtivos e à propriedade, também foi

necessário proceder a um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos dos meios de materiais de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros (Kowarick, 2019, p. 16).

E a imprensa fazia parte desse processo/projeto de transformação cultural.

De acordo com Sidney Chalhoub “a República foi proclamada sobre a figura do homem livre pobre porque tinha para ele um projeto amplo, que era o de transformá-lo em trabalhador, ou seja, em fonte de acumulação de capital” (Chalhoub, 2012, p. 254). Somado a

isso, havia a particularidade de Florianópolis, a ronda do pensamento que depreciava os habitantes da cidade, a “teoria do homem do litoral” abordada no capítulo anterior. Assim, havia a necessidade de combater o ócio, a vadiagem, e o trabalho não regado por todos os meios possíveis, para isso, uma das ferramentas foi a utilização do meio de comunicação da época: os jornais.

Trago trechos de um texto com o título “Os feriados”, publicado na página 2 da edição 2600 do jornal *O Estado* em fevereiro de 1923. O trouxe por pensar que ele, de certa forma, seja a síntese desse humilde trabalho de pesquisa aqui apresentado. Vejamos:

Escrevem-nos: “Sr. Redactor do ‘Estado’ Permitti que um grande vadio diga como outrem: ‘Façam o que eu digo e não o que eu faço’, a proposito da necessaria cohibição da intensa vadiagem que está concorrendo enormemente para a carestia da vida: menos trabalho util, mais cara a obra feita.

O ‘Estado’ bem podia procurar, com sua influencia, alliviar a carga, já tão pesada, do proletariado. [...]

Porque manter tres feriados, dos quais dois são mentiras, e o terceiro, desdoiro?! [...]

Porque manter como feriado o dia 1º de Maio? Pois não é paradoxo – commemorar o trabalho, mandando-se vadiar?

Não seria mais curial que, em tal dia, se trabalhasse mais uma ou duas horas como demonstração de que o trabalho é uma necessidade?

Nesse dia, que deixe de trabalhar quem o quiser ou puder; mas não se obrigue a não trabalhar quem muitas vezes não tem um pão em casa, e, com a folga obrigatoria, ainda mais vê augmentar a sua conta no armazem e a do aluguel da casa.

[...] Constante leitor. Rabujento” (*O Estado*, 1923A, p. 2)

No jornal, o texto é apresentado como se fosse uma carta de leitor, pois inicia com a expressão “Escrevem-nos:” e, em seguida, abre-se aspas que só são fechadas com a assinatura do autor. Além disso, o texto começa com uma saudação típica de cartas: “[...] Snr. Redactor do ‘Estado’ [...] Constante leitor Rabujento”. Na suposta carta, o leitor reclama da quantidade excessiva de feriados existentes.

Há alguns pontos no texto que merecem uma lupa. Posso começar já no primeiro parágrafo, nele está dito que a vadiagem contribui para o crescimento da pobreza ou o encarecimento do custo de vida: “menos trabalho útil, mas cara a obra feita”. Logo fala dos vários feriados existentes, faz menção indireta aos três dias do carnaval, aos feriados federais, aos dias santos, entre outros. Na sua avaliação, quantos menos dias de trabalho formal menor é a produção, sendo assim, pela lógica formal, menos produtos terão nas prateleiras, logo, mais caro ficará o custo de vida (alimentação, aluguel, transporte, vestuário...).

Chama a atenção que ele dá uma ênfase ao feriado do Dia do Trabalho (1º de maio). Escreve o Sr. Rabujento: “Porque manter como feriado o dia 1º de Maio? Pois não é paradoxo

– comemorar o trabalho mandando-se vadiar?”. E ainda indaga se não seria melhor que no Dia do Trabalho obrigasse a trabalhar mais uma ou duas horas extras. Ele não escolheu esse feriado ao acaso para fazer a reclamação mais contundente, é nela que se faz a reflexão sobre o próprio trabalho. Pois, no início do século XX, principalmente após 1920, lideranças comunistas e anarquistas pelo mundo traziam a agitação de manifestações no 1º de maio de cada ano (Bilhão, 2011, p. 73). Mesmo não sabendo de fato quem é esse “constante leitor”, há uma disputa de classes colocada no discurso.

Junto às colocações sobre demasiados feriados, o texto aborda a construção do pensamento que contrapõe o trabalho formal ao ócio e ao descanso. Esse ócio e descanso são tratados como vadiagem, como se aquela pessoa que trabalha diuturnamente não pudesse, por um dia ou outro, descansar ou deixar de trabalhar formalmente. Nessa lógica, ao não trabalhar por um dia, seria essa pessoa a destruidora da sociedade. É o que Chalhoub (2012) diz sobre o “universo ideológico das classes dominantes brasileiras” durante o 2º Reinado e a 1ª República. Diz o autor que esse universo ideológico “parece estar dividido em dois mundos que se definem por sua oposição um ao outro: de um lado, há o mundo do trabalho; de outro, há o da ociosidade e do crime”. Indica ainda que esse mundo da ociosidade é um mundo marginal, o inverso da ordem e virtuosidade do trabalho, assim, esse “mundo às avessas – amoral, vadio e caótico – é percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem” (Chalhoub, 2012, p. 78). A carta do senhor Rabujento, portanto, nada mais é do que a materialização desse embate ideológico.

O possível leitor vai além, pede ele ao jornal que “bem podia procurar, com sua influência, alliviar a carga, já tão pesada, do proletariado”. Essa fala nos traz primeiro a trama de seu discurso, pois, se ela aqui estivesse sozinha pareceria que o Sr. Rabujento está em prol do “proletariado”. Pelo que vimos até aqui, eu e você leitor, já sabemos da intencionalidade dele, de se mostrar como defensor, mas com ataques ao próprio trabalhador. E solicita ajuda a redação do jornal *O Estado*, que segundo sua capa — da edição em questão — é “Jornal independente e de maior circulação em Santa Catharina”. Vamos imaginar que o nosso amigo Rabujento seja realmente um leitor, quando ele pede ajuda ao jornal *O Estado*, ele está pedindo a Augusto Lopes, seu proprietário à época (Mata, 1996). Augusto Lopes tinha relações estreitas com o governador atual Hercílio Luz, segundo a autora, o periódico costumava divulgar as viagens do governador e “comungava com os ideais civilistas” de Hercílio Luz (Mata, 1996, p. 44). É quase que uma solicitação direta do pensamento capitalista de trabalho ao governador estadual em acabar com os feriados, pelo menos com alguns, para que quem já trabalha demais, trabalhe mais ainda.

Essa disputa ideológica era tão sensível que a primeira carta (sim, houve uma segunda sobre o tema) do Sr. Rabujento gera repercussão, tanto que outro leitor também manda um comentário para o jornal e ele é publicado no dia seguinte. Nela o leitor assina como Man, escreve em versos sua opinião consonante à carta anterior e diz:

Gostei de vêr, distinto Rabujento,
Sua ogeriza aos dias feriados:
Se todos nós andamos atrasados,
Agradecer devemos a esse invento, [...] (*O Estado*, 1923B, p. 2).

Para mostrar como *O Estado* estava empenhado em incentivar o assunto, na mesma edição, é publicada a segunda carta do “distinto” Rabujento. Isso mesmo, no mesmo número em que foi publicada o elogio à primeira, na página seguinte está outra carta com o mesmo título “Os feriados” (*O Estado*, 1923B, p. 3). Nesse texto, é novamente enfatizada a quantidade de feriados, o quanto favorece a vadiagem e o custo de vida. Também faz uma relação dos feriados que se terá em maio e pergunta: “Não são bastantes o domingo para descanso?” (*O Estado*, 1923B, p. 3). No texto há dois pontos que saltam aos olhos. O primeiro é que, dessa vez, o pedido de intervenção política se dirige à esfera federal: “[...] poderia interceder junto á nossa representação federal [...]” (*O Estado*, 1923B, p. 3). O que nos faz pensar sobre o tamanho da influência política do *O Estado* e/ou de seu proprietário, Augusto Lopes. O segundo ponto é que escreve sobre a relação dos operários europeus com o Papa, sobre possíveis emendas que estão tramitando no Congresso Federal, sobre entrevistas e falas de dois doutores (sem especificar a área de atuação). Cabe destacar que, nesse período em Florianópolis, praticamente a metade da população acima de 15 anos não sabia ler e escrever.²⁸ Assim, ter esse arcabouço de informações/leitura era privilégio de uma parcela limitada da cidade. Então leitora e leitor, não é leviano imaginarmos que a pessoa que escreveu a carta possuía um nível de letramento e de classe social relativamente elevados.

A “perseguição” do jornal *O Estado* aos dias “mortos”, mortos para o trabalho, não começou com o Sr. Rabujento. Em 1921, na edição 2072, invoca “jornaes do Rio” para ajudar em cutucar os feriados em uma pequena nota “perdida” entre várias:

Os jornaes do Rio glozam a repetição dos dias e descanso, dizendo que o Brasil é o paiz em que mais se descança, constituindo um grave prejuizo para a vida administrativa e commercial. Publicam a lista dos feriados, domingos e enforcados de 1921, verificando-se que ha 144 dias de malandragem,

²⁸ Ver dados abordados no capítulo anterior.

inclusive os feriados regionaes, representando quasi cinco meses de descanso no anno (*O Estado*, 1921, p 3).

Hilário se não fosse sério, uma piada de mau gosto! Primeiro, pegar os domingos e todos os feriados, inclusive estaduais e municipais, colocar tudo em um saco e somar, para tentar convencer que os trabalhadores brasileiros têm “quasi cinco meses” de folga, ou como preferem, de malandragem. Segundo, por afirmar que domingos e feriados, ou seja, dias sem trabalho formal, dão prejuízo para a “vida administrativa e commercial” (*O Estado*, 1921, p 3). Para o capital um dia “sem” produção é um sacrilégio.

No mergulho aos jornais, percebi que o discurso sobre a ociosidade não se bastava em dizer que ela prejudicava o acúmulo de capital, foi além. Era dito sobre como o estar ocioso poderia levar à desordem da sociedade, como um ataque direto a sua moral.

O jornal *O Dia*, em sua edição 890 de 05//01/1904, traz uma reclamação acompanhada de solicitação de providências feita por moradores da Rua Almirante Alvim. Esses moradores denunciavam que um grupo de pessoas frequentemente fazem festas com barulho alto até a madrugada. A “reclamação” começa informando que o referido grupo já fazia “*soirées*” com “algazarras, gritarias e palavriados pouco decentes” em frente a um estabelecimento comercial e que depois passaram para dentro da casa de n. 12, transformando-a em seu “*club*” (*O Dia*, 1904A, p. 2). Se consultarmos o *Código de Posturas* municipal de época, eu e você veremos que, no Art. 136, parágrafo primeiro, proíbe-se “fazer bulhas ou vozeiras [...]” (Florianópolis, 1896, p. 28). Isso pode nos indicar que já havia ocorrido algum tipo de repressão contra essas pessoas, levando-as a realizar as supostas festas dentro de um ambiente privado. No entanto, no mesmo *Código de Posturas*, no segundo parágrafo do mesmo artigo, também existe a proibição de “fazer sambas e batuques [...] dentro das ruas da cidade” (Florianópolis, 1896, p. 28); além disso, no seu Art. 257, permite-se divertimentos públicos, particulares e populares desde que “não prejudicarem, perturbarem ou ofenderem a moralidade, saude, ordem e bons costumes publicos” (Florianópolis, 1896, p. 55-56).

Mas o que tudo isso tem a ver com a vadiagem? Em primeiro lugar, o próprio jornal faz essa ligação direta entre a festa e a vadiagem. Inicia assim o relato da reclamação: “[...] alguns desocupados, ou, antes, alguns ocupados na vadiagem, em reunirem-se [...]” (*O Dia*, 1904A, p. 2). Não por acaso, o texto substitui o termo “desocupado” por “ocupado”, numa tentativa deliberada de cravar o ócio, ou a ausência de trabalho, como o reverso do trabalho formal, e não meramente como um momento de descanso ou alegria. Aqui, não cabe o julgamento de valor da “*soirée*” e/ou da batucada. O que nos cabe é a análise de como é

utilizado o discurso da vadiagem como um mal social a ser combatido. Inclusive, faltam pistas para analisarmos se, por exemplo, essa festa — descrita pelo jornal como uma festa constante — não advinha depois de um dia duro de trabalho no porto, na fábrica, no comércio... Se era um grupo de pessoas que lhes faltaram oportunidades e estavam ali para abrandar o peso da pobreza. Ou se realmente não tinham vínculo de trabalho algum e viviam de fazer “simplesmente nada”.

Parece-me muito próximo de Thompson (2017), quando ele analisa o operariado inglês do final do século XVIII. Diz ele que há uma

tendência natural das autoridades a considerar um incômodo as tabernas, feiras e quaisquer grandes concentrações de gente – fontes de ociosidade, rixas, sedição ou contágio. [...] temos atitudes utilitárias da nova classe manufatureira, cuja necessidade de impor uma disciplina de trabalho nas cidades fabris tornou-a hostil a muitos divertimentos e frivolidades tradicionais (Thompson, 2017, p. 70).

Essa hostilidade ao ócio e a seus promotores (tabernas, festas, *soirées*...), relatada pelo autor, está associada à necessidade de ter mão de obra nas cidades para as fábricas no final do século XVIII na Inglaterra. Situação congruente ao final do século XIX no Brasil, incluindo Desterro, e com o início do século XX em Florianópolis. Nesse contexto, o país buscava virar a chave do trabalho escravizado para o trabalho assalariado; assim, nesse processo de industrialização de lá e de cá, era necessário combater o ócio, a malandragem, o não trabalho organizado/formal.

O mesmo jornal, no dia 02/02/1910, publicou uma carta enviada pela Associação Anti-Alcoolica do Brasil com sede no Rio de Janeiro, ao Governador de Santa Catarina, Vidal Ramos. Nessa carta é solicitada medidas ao combate ao alcoolismo, a referida associação o encara como um grave problema ao país, diz ela que esse mal desorganiza “o trabalho, principalmente o industrial e agrícola”. No texto, é feita uma relação direta do alcoolismo com a vadiagem, pois uma das suas devastações são a causa do “desenvolvimento da tuberculose, aumento do crime, [...], pela vadiagem, [...], falta de braços na lavoura[...].” (*O Dia*, 1910, p. 1).

A associação do espaço fundamental do lazer destes homens com rótulos estigmatizantes do tipo desordeiros e vadios é sintomática e reveladora. Esse tipo de associação revela mais uma vez o projeto de vida que a jovem República trazia para esses homens [...] a tentativa de imposição de hábitos de trabalho compatíveis com os desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão (Chalhoub, 2012, p. 257).

Essa correlação da vadiagem com outros problemas sérios também aparece no jornal *O Estado*. Na sua edição número 4033, de 05 de novembro de 1927, a redação escreve uma coluna em que faz a comparação da vadiagem com o alcoolismo e o vício em jogos de azar. Primeiramente, cumprindo o seu papel de mídia apoiadora do governo estadual, os redatores tecem elogios ao governador Adolpho Konder, que “num anno e pouco de administração estadual [...] já resolvendo, com segurança, certos problemas do palpitante interesse para o Estado” (*O Estado*, 1927F, p. 1). E dizem que o governador pretende agir para combater o abuso de tóxicos, porém, mesmo indicando a importância desse tema, o Jornal sugere adiar essa ação para partir para outros: o alcoolismo, a vadiagem e o jogo.

Comparar a vadiagem — entendida como o não trabalhar ou o não trabalhar formalmente — ao alcoolismo e jogo revela como ela era considerada um mal equiparável aos dois citados. Essa associação carrega a mensagem de como é ruim às pessoas, ou pelo menos ao proletariado, o não trabalhar formalmente. Implícito nesse discurso está a ideia de que ela e ele deveriam se sentir obrigados a trabalhar na fábrica, no mercado, na loja, na repartição pública, entre outros espaços de trabalho formal, sem espaço para a escolha ou alternativas. É quase um transporte direto do trabalho escravizado, para a exigência do trabalho assalariado. Só lembre-se que, nesse período, as pessoas aptas ao trabalho são descendentes diretos de escravizados, e essas lembranças são terríveis, inclusive até hoje para essa grande massa trabalhadora.

Esses “vícios”, de acordo com o jornal, “arrastam no seu torvelinho muitos jovens de grandes capacidades e velhos chefes de família” (*O Estado*, 1927F, p. 1). É dada a importância para duas faixas de “idade” de possíveis trabalhadores. Uma é a dos jovens, que não podem “perder” tempo, eles têm que sempre sustentar a cadeia de mão de obra do trabalho formal. A outra é a dos mais velhos, aqueles que já poderiam parar de trabalhar, ou trabalhar menos, mas são impelidos, das mais variadas formas, em continuar a trabalhar, trabalhar, trabalhar... Parece que há a intenção de amarrar essas duas pontas na corda da força de trabalho, que soltas podem ser desfiadas: os mais novos, que são dispostos à rebeldia; os mais velhos, que, pelo cansaço, estão dispostos ao descanso. Soltas, essas pontas poderiam desfiar o tecido do sistema.

É necessário lembrar que pouco tempo havia se passado desde o fim do trabalho escravizado. Se até hoje encontramos marcas do escravismo, imagine menos de 50 anos após a Abolição. Lúcio Kowarick, ao analisar o próprio século XIX no Brasil, afirma que a “persistência da ordem escravocrata trouxe consequências sociais e sociais significativas. [...] Representou também a de um espectro de práticas que só poderia levar à degradação das relações do trabalho” (Kowarick, 2019, p. 45). Arrojo dizer que, sem dúvida, essas marcas

ainda ferviam no sangue e na alma dos libertos, de seus descendentes e outros já livres. Você pode limpar o chicote e até pendurá-lo na parede, representando o seu desuso, mas aos olhos de quem o conhece, ele sempre será um chicote.

Estão aqui presentes mais elementos que ilustram a necessidade, tanto setores públicos quanto civis, de disseminar o combate à vadiagem, ou ao não trabalho formal, das mais variadas formas. Uma delas é a sua associação a um mal maior, a um mal deteriorante da sociedade. O jornal *O Estado* diz que o “dr. Adolpho Konder deve autorizar medidas severas [...] para a regeneração moral dos viciosos” (*O Estado*, 1927F, p. 1).

Ainda sobre elementos estigmatizadores, trago o jornal *República* de 15/12/1922, na sua segunda página há uma solicitação de providência por parte de um “chefe de família” às autoridades policiais. Pois há “constantes abusos que na rua Almirante Lamego são praticados. [...] reúne-se quasi todas as noites um grande numero de desocupados, que proferem grandes obscenidades, independente da algazarra e correria” (*República*, 1922, p. 2). Trago esse texto como mais um fato de elemento estigmatizador, pois o seu título (do texto que traz palavras como obscenidades, algazarras...), impresso em letras grandes, é VADIAGEM. É essa relação direta que os autores supracitados se referem, ao que há de mal, e de mau, com os ociosos. O que posso entender é o forte movimento em vincular o não trabalho formal e/ou ociosidade com o legalmente e moralmente proibido para dar mais carga ao peso preconceituoso à palavra vadiagem. Até porque, como parâmetro de trabalho para o patrão era o modo escravo, os livres e libertos que fugiam do trabalho formal eram vistos como vadios, malandras, vagabundas (Kowarick, 2019, p. 52-53).

E se a sociedade considera que há um “mal” que a ronda, se esse “vício” é persistente, se esse “crime” é assustador, não seria a polícia o melhor “remédio” a ser ministrado? Afinal, não ela mesma, a força policial, o primeiro contato da população empobrecida com a lei? Ela que aplica essa lei de forma moralizada, enviesada pelo preconceito, e não pelo seu conhecimento de fato?

As intervenções policiais à vadiagem apareceram de algumas formas nas páginas dos jornais. Por exemplo, trazer o que está acontecendo em outras partes do país para conhecimento da população florianopolitana, ou talvez para ser reproduzido aqui. Tal como a pequena nota na edição de número 1007 do *O Dia*, nela informa que “O governo do Estado de Minas está organizando um regulamento para o serviço de criados, afim de que a policia possa reprimir facilmente a vadiagem, prestando assim enorme serviço aos donos de casa” (*O Dia*, 1904B, p. 2). São apenas essas linhas escritas, não há mais informações sobre o que seria o serviço de criados, ou o referido regulamento. No entanto, deixa-nos a impressão que será para

ajustar algum posto de trabalho na sociedade, parece de cuidados dos lares, e com isso seria facilitado as prisões por vadiagem, talvez no sentido de conseguir identificar quem trabalha e quem não trabalha. O importante aqui também é perceber que Florianópolis tem uma interação com o que acontece nacionalmente e tenta seguir exemplos de fora.

Também pensando em exemplo ultra ilhéu, 25 anos depois da matéria anterior, a redação do jornal *O Estado* relata e elogia a atuação da polícia carioca em prender “todos os desocupados, rapazes ou adultos, que vagam pelas ruas da cidade” (*O Estado*, 1929, p. 2). Escreve a redação que uma

carreta policial percorre a cidade e vai recolhendo, sem mais appellação, todos os vagabundos encontrados e que não possam justificar os seus modos de vida. Os menores são enviados para os patronatos agricolas e outras instituições semelhantes, enquanto os adultos são obrigados a emprenderem nova vida (*O Estado*, 1929, p. 2).

Para *O Estado*, o mesmo deveria ser feito em Florianópolis, pois, vários são flagrados “sentados às calçadas do Mercado, nos restaurantes baratos, nos bancos dos jardins, ou, aos grupos percorrendo as ruas da cidade, á noite, em algazaras, praticando desordens” (*O Estado*, 1929, p. 2). Até escreve que a atitude policial parece ser radical, que, mesmo assim, está correto em fazer na capital federal e que poderia fazer aqui também. Até o momento posso destacar duas questões. Uma é sobre essa radicalidade, ou seja, em prender todos os abordados na rua que não comprovarem ter um emprego ou ocupação. Como já vimos, essa atitude é permitida pelo Código Penal 1890, tanto a prisão quanto o envio para os “patronatos agricolas e outras instituições semelhantes” (leia-se ambientes de trabalho forçado).²⁹ Mas qual seria o recorte populacional feito pelos policiais para a abordagem? Reflita: quem o policiamento olha e considera que não tem um emprego ou estudo, qualquer pessoa, ou há um olhar viciado pelo preconceito e racismo? Sabemos a resposta! Também é o pensamento de, por, simplesmente, estarem na rua seriam estes dispostos à vadiagem como deixa a entender Roberto Da Matta: “[...] o universo da rua é o engano, a decepção e a malandragem [...] é na rua e no mato que vivem os malandros, os marginais [...]” (Da Matta, 1997, p. 93 e 95). A rua, nesse contexto, é percebida não como um espaço legítimo de circulação, mas como um território de “desvios” associados especialmente às classes populares marginalizadas.

²⁹ Exemplo disso é que, já em 11 de julho de 1893, o governo federal sancionou o Decreto n. 145, que autoriza a fundação de uma colônia correcional (Fazenda Boa Vista) para a correção “pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na Capital Federal”. Ver em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

A outra questão também está envolta sobre o olhar de classe aos que são considerados vadios, pois o Jornal especifica quem são esses indivíduos: aqueles que estão nos “restaurantes baratos”, ou nas “calçadas do Mercado”. Para os senhores do *O Estado*, há uma geografia marcada por onde “perambula a ameaça”, os lugares considerados mais baixos socialmente. No Mercado Público é onde circula as trabalhadoras do lar, para comprar os alimentos da família patronal, aqueles que tentam ganhar a vida carregando os mantimentos dos comerciantes, ou ainda os que estão ali para pedir algo para comer. Ou seja, basta a pessoa cumprir o *checklist* da planilha preconceituosa e poderia ser presa.

Até o momento, ainda defendo a ideia de que havia a construção de uma cultura voltada para obrigatoriedade do trabalho formal. Ao analisar esse artigo supracitado, vejo que essa ideia ganha ainda mais força. No quinto parágrafo, o jornal descreve que esses jovens que estão na “vadiagem” são “verdadeiros parasitos sociais, ganhando quando lhes é dado, alguns tostões em carretos ou recados” (*O Estado*, 1929, p. 2). Então, mesmo que trabalhem, são considerados parasitas, pois o tipo de trabalho que realizam não é o trabalho formal, não é o tipo de labor que o capitalismo brasileiro exigia naquele período.

Quando Sidney Chalhoub discute sobre a complexidade do mercado de trabalho do período pós-abolição, às primeiras décadas novecentistas, ele afirma que “milhares de indivíduos que, não conseguindo ou não desejando se tornar trabalhadores assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo de bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc.” (Chalhoub, 2012, p. 62). Sobre isso, a seguir, eu e você, podemos ler nas entrelinhas do texto, intitulado “A Vadiagem no Trapiche Municipal” que, mesmo tendo uma ocupação, é necessário que seja um trabalho formal, nada com o que possa parecer com a liberdade de horário e de patrão. Publicado pelo jornal *República*, em março de 1921, o artigo descreve que “os vagabundos, na sua maioria repazes vendedores de balas, amendoim e ‘tutti quanti’ ha de peraltas, proferem as maiores obscenidades” (*República*, 1921, p. 2). É uma reclamação que parece ser, na verdade, da própria redação do jornal sobre a concentração de jovens no antigo Trapiche Municipal, local onde se encontravam as barcas para levar as pessoas da ilha à parte continental. Nota-se que atrelado à crítica de não ter o trabalho assalariado formal, está a crítica moral. É proposital, é para fazer a ligação direta entre o não trabalho com algo de fácil condenação pela sociedade. Reclama ainda que “quando maior é a aglomeração de famílias, é que elles se exercitam na detestavel pratica [...] dos insultos e da capoeiragem” (*República*, 1921, p. 2). Dou um saquinho de amendoim torrado para quem adivinhar qual a sugestão do jornal para dar fim a esse “problema”!

“Á policia recommendamos os vagabundos que diariamente frequentam o Trapiche Municipal” (*República*, 1921, p. 2).

Com o discurso, que já apareceu por aqui, de que o ócio custa caro à sociedade, e de como é incomodativo aos olhos dos senhores as pessoas sem o trabalho regrado, sendo vistas no perímetro urbano. A força policial é acionada para combater aqueles que estão à margem desse mundo do trabalho formal. Nas fontes, encontramos algumas notícias de “meras” prisões, tal como no *O Estado* nas edições 3758, 3883 e 3919:

“Por motivo de vadiagem, foi recolhido ao xadrez da delegacia da Policia o indivíduo Pedro Gomes, solteiro, 18 annos de idade” (*O Estado*, 1926, p. 1).

“Foram presos por vadiagem Dorotavio Silva e Procopio Gomes” (*O Estado*, 1927A, p. 2).

“Foram presos e recolhidos ao xadrez da Policia Central os individuos Domingos Machados e Manoel Silva (vulgo Zé Laguna), por vadiagem e embriaguez.” (*O Estado*, 1927B, p. 2).

Já na edição 4118, foi publicado uma pequena matéria com teor literário sobre a prisão de duas pessoas por vadiagem. Além de chamar a atenção pela forma da escrita, há outro ponto que merece um certo destaque. Segue na íntegra o texto com o título “A poesia da vadiagem acabou mal”:

José Mariano de Souza e Octavio João de Andrade, gozando as bellezas da vadiagem, quiseram, tambem, gozar a noite, ao ar livre, e puseram-se a dormir sôbre uma pedra, na Rita Maria. A policia, porém, não apreciando esse modo de viver e de dormir, despertou os dois preguiçosos e, sob a benção da vi-lactea, metteu-os bondosamente no xadrez (*O Estado*, 1928, p. 2).

O destaque é sobre a redação do *O Estado* dizer que “[...] A policia, porem, não apreciando esse modo de viver [...]”. Essa fala nos faz refletir sobre o quanto a atividade policial, na época, era voltada para reprimir as pessoas consideradas vadias e vadios. Tanto era essa repressão que o próprio jornal publicizava que essa atividade já estava internalizada na cultura policial. Não era só o seguir a lei, era também, nesse momento em 1928, um sentimento de não apreço pelo ócio de uma parte da população. Lembremos que a região do Rita Maria era uma área portuária de Florianópolis, um lugar onde viviam camadas pauperizadas da sociedade.

Para Chalhoub

o aparato policial tem um papel fundamental a desempenhar neste momento [...]: sua função é ao mesmo tempo de vigilância – na medida em que deve zelar pela disciplina da força de trabalho – e de repressão direta – na medida

em que deve espancar e arremessar ao xilindró todos aqueles que se negam a se sujeitar [...] à condição de trabalhadores assalariados (Chalhoub, 2002, p. 269).

Para reforçar que isso não era apenas algo etéreo, que circulava pelo ar da sociedade florianopolitana, mas sim uma política de Estado, o jornal *O Dia* nos presenteia com a publicação de um documento oficial. Com o título de “Instruções policiaes”, o Dr. Ulysses Costa³⁰, em suas atribuições como presidente da Secretaria do Interior e Justiça, instrui as autoridades policiais de Santa Catarina da época. São quarenta e três itens de instruções diretas, dentre as quais destacam-se: “13 – Obrigar os vadios e vagabundos a tomarem ocupação; 14 – Deter os ebrios durante a embriaguez e providenciar sobre os loucos e menores abandonados; [...] 29 – Reprimir a jogatina, não permitindo o estabelecimento de casas de tavolagem” (*O Dia*, 1917A, p. 2)³¹.

A repressão policial a mulheres pretas foi enaltecida pelo jornal *O Dia* em sua edição de 14 de agosto de 1916, quando publica a ação do fechamento de um cortiço pelo Chefe de Polícia, o Maj. Fernando Machado: “[...] a bem da ordem e moralidade publica, mandou fechar um cortiço de negras vadias na Fonte da Bulha [...]” (*O Dia*, 1916A, p. 12)³². De acordo com o jornal, essas mulheres furtavam galinhas na região e, também, praticavam desordens. Em um olhar apenas um pouquinho mais atento, vemos que fazem questão em dizer “negras vadias” e, mais adiante, reforça com o uso de expressões como “[...]12 creoulas e pardas que durante a noite [...]” (*O Dia*, 1916A, p. 12). Em cima disso, também generalizam a situação: são doze pessoas, dessas doze, todas praticam um crime; dessas doze, todas criam perturbações. Nenhuma inocente! Não podemos fazer suposições vazias, mas podemos fazer perguntas: será que realmente são criminosas? E, se ainda assim forem, será que doze mulheres, possivelmente diferentes, todas praticam furtos?

Essas ações, esses atos, tanto da força policial quanto do jornal, têm que ser entendidos dentro do que a psicóloga Lia Vainer Schucman descreve como o “‘poder da branquitude”. Segundo a autora, esse poder “[...] é uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos, mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de

³⁰ Como já vimos no capítulo anterior, Ulysses Costa foi um dos fundadores do jornal *O Estado* em 1915 e seu proprietário até 1916 (MATA, 1996).

³¹ Alerto que no sítio da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, em suas pastas de referência/busca, o número desta edição está como 8520, porém, com respeito à fonte propriamente dita, eu utilizo a numeração como fora impressa.

³² Alerto que no sítio da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, em suas pastas de referência/busca, o número desta edição está como 8368, porém, com respeito à fonte propriamente dita, eu utilizo a numeração como fora impressa.

desigualdades raciais” (Schucman, 2012, p. 23)³³. Dessa forma, a matéria em questão, aparenta que são linhas de uma redação com as insígnias da cor, do racismo, somadas às políticas sanitaristas e de expulsão, da região central, da camada pobre da época.

Em uma matéria sobre a vadiagem no bairro Estreito, o jornal *O Estado* (1927D) relata, a partir de reclamações de moradores, que jovens estão incomodando com tiros e depredações na comunidade local. A notícia faz uma relação direta entre esse tipo de delinquência e a vadiagem. Como já vimos, de acordo com o Código Penal brasileiro de 1890, vadiagem é não ter um trabalho, ou ter um que afronte os bons costumes e a moral, mas não inclui fazer algazarras ou balbúrdias durante à noite. Ou seja, é uma tentativa de associar o não trabalho formal, ou a ociosidade, ao escarcéu, ao tumulto, à destruição de patrimônio público/privado e à criminalidade, como se uma coisa fosse inerente ou consequência da outra. Esse ponto de vista fica evidente quando os redatores afirmam que tal atitude (vadiagem) vai de encontro aos “reconhecidos e tradicionais costumes ordeiro da laboriosa população do Estreito” (*O Estado*, 1927D, p. 1). Então, segundo o jornal, só se tem ordem quando se trabalha. Pois, o trabalho, para eles, é visto como elemento ordenador e moralizador daquela sociedade (Chalhoub, 2012, p. 70 e 71). E essa visão, que associa a ordem social ao trabalho, ainda se mantém presente na sociedade atual, não é?

Não pude deixar de notar na ênfase que o periódico dá ao policiamento do Estreito, criticando a suposta incompetência do Subdelegado local em reprimir esses e outros “desordeiros”. A partir desse tema, o jornal faz uma ligação direta entre essa situação com a de um assassinato acontecido em Serraria. Esse crime foi minuciosamente noticiado na edição anterior³⁴, conforme a reportagem, um jovem matou a facadas outro rapaz, que era o atual namorado de sua ex-namorada. Na matéria, também há uma dura crítica ao policiamento local, ou à falta dele. Um parêntese no pensamento: percebeu leitor, como a partir do julgamento da força policial local, um assassinato passional vira ligação instantânea para a vadiagem? Vamos voltar, poderia naquele momento haver divergências entre as forças políticas do *O Estado* com a Chefatura de Polícia, porém não temos elementos para tal análise.³⁵ No entanto, mesmo que houvesse tal conflito, só isso não justificaria a permissão para fazer a indução leviana aqui

³³ A autora discute como a branquitude é uma construção sócio-histórica, resultando sociedades estruturadas pelo racismo, assim, aqueles sujeitos identificados como brancos obtêm privilégios simbólicos e materiais em detrimento aos não brancos (Schucman, 2012).

³⁴ Ver em: **O Estado – Diário Vespertino**, Florianópolis, ano 13, n. 3971, 24 ago. 1927C, p. 2. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&pagfis=12214. Acesso em: 09 abr. 2024.

³⁵ Nesse período, o proprietário do *O Estado* era Victor Konder, irmão do governador em exercício Adolpho Konder (MATA, 1996). A possibilidade maior é que fossem ou por debates internos no Partido Republicano Catarinense, ou por divergências do jornal com a administração municipal, mas, infelizmente, sem a análise de outros documentos, de outras fontes, são apenas especulações.

descrita. Há um jogo de interesses e poderes, de embates político e ideológico, de qual será a formação da sociedade.

E nessa luta, não bastava mais apenas a repressão policial pela repressão, era necessário fazer valer o pensamento de transformação moral a partir do trabalho. Sendo assim, o *República* nos informa, em sua edição 130, sobre o que as autoridades de segurança pública haviam planejado. Diz o jornal que, devido à necessidade da repressão à vadiagem e pela recorrência de prisões por esse motivo, a detenção não é mais suficiente. Dessa forma, “o Sr. Dr. Monteiro de Barros, activo Delegado de Policia, conferenciou com o Sr. commandante da Fortaleza Santa Cruz, no sentido de serem aproveitados nos serviços de caes daquelle estabelecimento militar todos os vadios que a policia detiver” (*República*, 1919, p. 3). Além de relatar o fato, o *República* dá a sua opinião ao aplaudir a medida tomada, pois as autoridades policiais estão “agindo em beneficio não somente da nossa sociedade, como tambem no desses infelizes que encontrarão a sua regeneração no trabalho de cada dia” (*República*, 1919, p. 3).

Mais de dez anos antes, o jornal *O Dia* também aplaudia o comandante da segurança pública de Florianópolis. Em sua edição de novembro de 1902, a redação enaltecia o “louvavel intuito de converter as vadias em trabalhadeiras, o honrado sr. dr. Prefeito de Policia tem agido para acabar com a vagabundagem dessas infelizes, que ahi andam, aos magotes, vivendo em cortiços, de modo a envergonhar a sociedade” (*O Dia*, 1902, p. 2).

Fica explícito como a questão do ócio e do trabalho não formal custa caro para essa sociedade, como esse comportamento de não ser uma trabalhadora ou trabalhador disciplinados agredia a ordem do capital; como havia, e ainda há, a necessidade de uma relação com o labor regrado, nem que seja, novamente, o forçado. A solução para as pessoas que não se encaixam no trabalho formal é a coação a esse labor. Até porque, o trabalho dignifica as mulheres e aos homens, não é mesmo?

3.2 É A CRIANÇADA, SE ALIMENTAR DE LUZ

Para o pensamento do período estudado, trabalho não “dignifica” apenas a mulher e o homem adulto. Era necessário, desde cedo, a garantia da mão de obra para a acumulação do capital. Vejamos:

A imprensa diariamente clama aos poderes competentes providencias que venham refrear a occiosidade da creançada que vive pelas nossas ruas a cometter actos reprovaveis. Não contentes com os desrespeitos de toda a ordem, commettidos nas horas da jogatina de bola, do ‘football’ nos brinquedos de arcos rolados pelas calçadas, ainda impedem ao transitó os

rapazes que tem ocupações serias, seduzindo-os para a malandragem (*O Dia*, 1917C, p. 1)³⁶

O texto acima foi publicado com o título “Menores Vadios” no jornal *O Dia*, de agosto de 1917. Nele, há uma reclamação sobre os “actos reprovaveis” de crianças em Florianópolis, atribuídos à sua ociosidade. É descrito como as crianças nas ruas, com suas brincadeiras (futebol e arcos), atrapalham tanto seus próprios ímpetos para o trabalho quanto os de quem já trabalha. Descreve que “impedem o transito aos rapazes que tem ocupações serias, seduzindo-os para a malandragem” (*O Dia*, 1917C, p. 1). Além do mais, a redação confessa que a imprensa, pelo menos a florianopolitana, frequentemente aborda o “problema” da vadiagem na cidade, fazendo pedidos de soluções ao poder público.

Na matéria de jornal supracitada, podemos perceber que uma das preocupações principais não é exatamente algum fato de desrespeito ou agressão contra alguém, ou depredação de algo, mas sim a “sedução” que o futebol ou outras atividades lúdicas poderiam trazer a jovens que já trabalham ou estão iniciando no mercado de trabalho, levando-os a se entregarem ao relaxamento ou ao ócio, em detrimento do árduo labor.

Ainda nesse ponto, os redatores derramam suas próprias lágrimas ao dizer que as “empresas jornalísticas lutam com dificuldades para conseguir um numero regular de rapazes que vendam com interesse e segurança os seus jornaes” (*O Dia*, 1917C, p. 1). Eu poderia refletir apenas que o periódico está com uma defesa em causa própria, no entanto, no jogo de “ligar os pontos”, percebe-se que é mais alarde à sociedade sobre a necessidade de manter todo e qualquer pessoa, independentemente da idade, em constante estado de ocupação laboral.

Não só por escreverem que “tudo isto é o resultado da vadiagem que existe entre os menores [...] crescendo atoamente” (*O Dia*, 1917C, p. 1). Mas, principalmente, por serem diretos quando bufam que a “imprensa diariamente clama aos poderes competentes providencias que venham refrear a occiosidade da creançada que vive pelas nossas ruas” (*O Dia*, 1917C, p. 1). *O Dia* revela que os meios de comunicação do período, basicamente os jornais, estão constantemente à caça de crianças, jovens, e, também, adultos que não estejam envolvidos em qualquer atividade formal de trabalho ou educacional, e pedem clamando com veemência por sua repressão.

³⁶ Alerto que no sítio da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, em suas pastas de referência/busca, o número desta edição está como 8709, porém, com respeito à fonte propriamente dita, eu utilizo a numeração como fora impressa.

Fato é que, um pouco mais de um mês antes dessa edição, no mesmo jornal, há outro texto reclamatório e com o mesmo título, “Menores vadios”. Nele, pedem providências ao “Dr. Cid Campos, digno Delegado de Policia” contra menores que constantemente jogam futebol na Rua José Veiga, ao dizerem: “por pelotadas que sofreram as janelas de algumas casas [...], palavra feia capaz de corar um frade de pedra” (*O Dia*, 1917B, p. 1).³⁷ Convenhamos, nada que fosse de anormal em uma “pelada” de criança. Mas, aos olhos do capital, anormal são crianças em brincadeiras e não em alguma atividade produtiva.

É o que Marcos Luiz Bretas (1997) afirma sobre como o contexto em escala mundial, com o pensamento de “imperialismo e de exportação de capitais”, traz para a situação local, o micro, impondo à burguesia em ascensão a necessidade de tomar a pulso um projeto que faça da “repressão e do controle mecanismos essenciais na construção da classe trabalhadora”. Esse “[...] ator burguês cria o seu outro, obrigado a incorporar os valores do trabalho e da disciplina essenciais para a dominação capitalista” (Bretas, 1997, p. 31-32).

Propositamente, eu trouxe para você a primeira matéria de jornal aqui citada, como parte desse projeto macro e micropolítico/econômico que ela escreve sobre as crianças ociosas. Ou seja, as crianças em seu espaço/tempo natural de ser criança, a ludicidade.³⁸ Fazia parte do projeto a preocupação das crianças em não estarem no lazer. As fontes demonstram que a execução desse projeto para as crianças passava, prioritariamente, pela Educação formal.

Na edição número 1781, do ano de 1907, o jornal *O Dia* publica uma coluna sobre o livro do professor Octavio Pires, intitulado *Defeitos da Educação*. Nela, descreve-se como o autor critica os pais que não intervêm para que seus filhos tenham uma ocupação diária: “Deixando-se dominar pelos filhos, descumram sua educação, sendo a sua fraqueza causa primordial de inumeros males e muitas desgraças” (*O Dia*, 1907, p.3). Para o *O Dia*, com suporte do livro em divulgação, as crianças estão “entregues a jogos, adquirindo máos costumes, ensaiando os primeiros passos na vadiagem para terminal-os... quem sabe onde?!”. E continua a inquirir os pais: “Cruzam os braços e deixam *que as crianças se divirtam, porque estão na idade de divertir-se*” (*O Dia*, 1907, p. 3, grifos do autor).

Se você for na matéria jornalística citada, verá comigo que essa é uma ideia lançada não só para Florianópolis. Pois o jornalista teve o cuidado de trazer para o público opiniões

³⁷ Alerto que no sítio da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, em suas pastas de referência/busca, o número desta edição está como 8744, porém, com respeito à fonte propriamente dita, eu utilizo a numeração como fora impressa.

³⁸ Sei que o conceito de ludicidade e o direito da criança à ludicidade é do agora, não havia esse debate no período estudado. Porém, trago como forma ilustrativa e reforçadora da necessidade de a criança ser criança. Ou como diz o compositor e músico Arnaldo Antunes: “criança não trabalha, criança dá trabalho”. Ver e ouvir música completa em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZeByseNNEsk>. Acesso em: 9 nov. 2024.

sobre um livro difundido no norte do país: “[...] o abalisado educacionista amazonense [...]. O quadro desenhado pelo autor, no longínquo Estado do Amazonas, é o mesmo que aqui vemos desenrolar-se [...] o mesmo em todos os pontos do Brasil” (*O Dia*, 1907, p. 3). Você viu que o final dessa citação corrobora a tese de que é um projeto nacional de incubar a ideia contra o ócio, da ocupação de tempo pelo trabalho formal ou congêneres?

A denúncia e a repressão contra a vadiagem de crianças e adolescentes perdura por todo o início do século XX. No jornal *República*, em 1919, na edição de número 97, há uma nota que solicita providências por parte do poder público. Não tem como precisar se foi gerada a partir de uma carta reclamatória de leitor ou se é originária da própria redação, o segundo me parece mais provável. A pequena nota, com apenas oito linhas intitulada “Vadiagem”, afirma: “Às tardes reunese, na rua Saldanha Marinho e João Pinto, um grupo de rapazes que fazem um berreiro infernal com as suas correrias, impedindo o transito publico. Pedem chamemos a atenção da policia para reprimir a vadiagem desses garotos” (*República*, 1919, p. 2).

Há mais de um respaldo legal para esse chamamento do aparato policial, incluindo o caso em questão e outros similares. O primeiro a ser destacado é o chamado *Código de Condutas da cidade de Florianópolis*. Vamos lembrar o que estabelece o Art. 136, que determina ser proibido “§1º Fazer bulhas ou vozeiras ou dar altos gritos, sem necessidade reconhecida” (Florianópolis, 1896, p. 28). Essa proibição se aplicaria diretamente ao caso dos garotos nas ruas Saldanha Marinho e João Pinto. Fazedores de bulhas que se forem punidos pela “lei” municipal podem ter que pagar multa. Podemos fazer um pequeno jogo: imaginar a cena daquele momento. Ao ouvir e ver esses “rapazes”, o que os moradores da época talvez exclamassem: “Vão para a escola seus vagabundos!”; “Por que não arranjam um trabalho?”; Com vocês só a polícia!”. E, se as exclamações também fossem aos gritos, os denunciadores também feririam o Código...

Esse *Código de Posturas de Florianópolis* possuía outros artigos interessantes, que vale a pena conferir. Contudo, agora quero destacar o parágrafo 11 do artigo 136, que proíbe “Viver sem ocupação lícita, ou esmolar, não estando em condições de indigência, e sem permissão da autoridade” (Florianópolis, 1896, p. 29). Esse trecho está, de certa forma, interligado com o *Código Penal brasileiro* de 1890, o mesmo que debatemos no começo deste capítulo, quando descreve o que é vadiagem.

Os dois tratam sobre ter ou não ter um trabalho, ter ou não ter uma ocupação. Talvez fora o motivo da prisão de Irenio, ou talvez por fazer “bulhas”. Não sei, o que posso te dizer é que ele foi preso e virou notícia no jornal *O Estado* em 08 de fevereiro de 1924. O qual relata

que Irenio da Silva, menino preto de 12 anos, foi preso por vadiagem e, segundo o anúncio, a criança foi levada à Chefatura de Polícia e lá seria “correcionalmente castigado” e depois o levariam para a Escola de Aprendizes de Marinheiros (*O Estado*, 1924, p. 2).

No *Código Penal brasileiro* de 1890, não há a previsão de pena que envolva qualquer tipo de maltrato ou castigo, há a reclusão, multa, entre outros, mas não castigo (Brasil, 1890, art. 43). Para menores de 21 anos, a pena prevista é a de prisão disciplinar em “estabelecimentos disciplinares industriais” (Brasil, 1890, art. 49). No caso de Irenio, foi determinado o envio para a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Porém, até 1927, antes da assinatura da lei que ficou conhecida como *Código de Menores*, os menores de 18 anos eram passíveis de prisão e punições criminais tais quais qualquer adulto, inclusive sendo jogados nas cadeias públicas com os maiores (Westin, 2015). Esse fato acrescenta mais um elemento que nos indica que “a sociedade de classes em formação a partir de 1888 reproduz uma forte herança do passado, de cunho marcadamente senhorial, isto é, com os mandos e desmandos inerentes ao autoritarismo privatista” (Kowarick, 2019, p. 154). Se hoje a violência policial ainda persiste, principalmente nas periferias, imaginemos no início do século XX, especialmente com um menino preto em uma sociedade onde a marca da cor ainda estava impregnada com o cheiro de sangue da chibata.

Dentro do jornal, a matéria sobre Irenio está entre outras notícias das mais variadas, como: venda de imóvel, anúncio de casamento, chegada de imigrantes alemães para o interior de Santa Catarina, remédio para má digestão e problemas no intestino, notícia internacional, entre outras. Na mesma página também há dois anúncios de outras prisões: uma do chofer Athayde Strob de Araújo, por ter roubado 200\$000 (duzentos mil réis); a outra do pescador José Henrique Boaventura, por ter infringido o Regulamento de Pesca na captura de camarão (*O Estado*, 1924, p. 2). Esses elementos podem demonstrar que a prisão por vadiagem era tratada como algo comum e banal, tal qual um casamento ou remédio para cólicas; ou, pelo menos, isso indica que o tema permeava a sociedade da época. Assim sendo, havia um caldo de cultura em ebulição, que reprimira a vadiagem e enaltecia o trabalho.

Casos de prisão de menores de idade parecem ter se acentuado na cidade com o passar dos anos. Na edição 4027 do jornal *O Estado*, é noticiado, avisado, que o “sr. Abilio Mafra, delegado especial de Florianópolis, resolveu dar cabo à vagabundagem de garotos” (*O Estado*, 1927, p.2). De acordo com a notícia, serão presos todos os menores que estiverem nas ruas de Florianópolis após as 21 horas. Sobre a questão do horário, não encontrei algum respaldo legal, seja no *Código de Posturas* do município, seja no *Código Penal brasileiro* da época, que justificasse a medida do delegado Abilio. Parece mais uma providência para o manutenção

da “ordem pública”, já que a motivação é especificada no texto jornalístico. É de salientar que a forma como foi escrito o texto faz entender que são palavras do próprio delegado. O jornalista afirma que há crianças ou adolescentes que “nas noites de funções do circo de cavalinhos que está trabalhando nesta capital, reúne-se nas proximidades, dando-se aos mais desenfreados abusos” (*O Estado*, 1927, p.2). Aparenta exatamente o que está no título da matéria: “Contra a Vagabundagem”, ou seja, a repressão à ociosidade. O delegado, ou o jornal, é taxativo: “serão presos [...] os garotos que se entregarem à vadiagem depois daquela hora” (*O Estado*, 1927, p. 2). Se pensarmos bem, não era por um cuidado de não pegarem sereno na rua, ou por medo de um ataque de algum lobisomem. Trata-se de muito mais do que isso. As crianças não podem nem se divertir com o “circo de cavalinhos” em paz. Há um controle sobre o próprio lazer e o tempo da população trabalhadora, e das suas filhas e filhos, trabalhadores formais ou não.

Além da repressão propriamente dita encontrei nas fontes uma outra “solução” indicada à época para o “problema” da vadiagem de crianças e adolescentes. A escola!

No periódico *O Marujo*, 1907, em uma tentativa de discurso poético pomposo, coberto de analogias da Escola de Aprendizes com família, e atuando em causa própria, basicamente diz que ela seria a solução para aqueles menores de idade que “vagueiam pelas ruas da Capital [...] atirados à liberdade paterna, [...] sem que uma mão protectora venha livral-os de um futuro peor possível” (*O Marujo*, 1907, p. 1). E indicam que a Escola de Aprendizes Marinheiros é que pode garantir “a segurança de uma vida regular, de futuro” e ela deveria ser “aproveitada para os filhos desfavorecidos da fortuna” (*O Marujo*, 1907, p. 1). Com isso, o que a direção da escola está dizendo é que a vida de ociosidade, vinculada à vagabundagem, é associada aos filhos dos mais pobres, e que a educação escolar, da Marinha, os “salvará”, e a sociedade, por conseguinte. Pois o que importa é “transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime” (Beauvoir *in* Freire, 2014, p. 84). A ideia era transformar o vagabundo, ocioso, em trabalhador, em futuro trabalhador, e não fornecer as condições materiais necessárias para sua autonomia.

O que o *O Marujo* discursa reflete a crítica que Dermeval Saviani faz, ao afirmar que certos pensamentos ideológicos se baseiam na ideia de que “há problemas sociais que demandam soluções educacionais. Neste sentido, a educação é entendida [...] como uma possível solução a determinados problemas postos pela sociedade” (Saviani, 1991, p. 41-42). Há um apelo no período, que também perdura até hoje, de que a escola irá salvar as crianças e jovens de um futuro incerto. Mas não é uma preocupação para com elas propriamente ditas, mas sim com a manutenção da engrenagem social posta.

Não por acaso, o periódico *República*, em sua edição 427 de 1920, divulga um ofício datado de 06 de março de 1920, do diretor da Escola de Aprendizes de Artífices, o sr. João Cândido da Silva Muricy, ao Secretário do Interior e Justiça, sr. José Arthur Boiteux. Nele, é informado que houve um aumento no número de matrículas e que este número poderia aumentar mais no segundo semestre, sendo que a frequência no início do ano possivelmente diminuiria por causa da malária e da “tendência de muitos meninos para a vadiagem” (*República*, 1920, p. 2).

O meu destaque vai para outro trecho do ofício. Segue:

Assim, exmo. sr. dr. Secretario, com maximo interesse em bem servir e colaborar, no maximo de minha pequena capacidade, para o amparo do futuro de grande numero desses meninos pobres, que tanto carecem de elementos para a nobre labuta pela vida, com muita satisfação, peço a v. exa. continuar a dispensar a esta Escola, o valiosissimo amparo da sua autoridade e das suas altas qualidades civicas e humanitarias, prestando seu apoio e grande valor dará ao nosso estabelecimento, em beneficio dessa infancia pobre e das nossas industrias, que tanto carecem de operarios, como diariamente vemos até mesmo pelos annuncios dos jornaes (*República*, 1920, p. 2).

O que o diretor da Escola de Artífices deixa escapar no final do ofício, e o jornal faz questão de publicar, é a preocupação em transformar esses “meninos pobres” em operários para alimentar as indústrias de mão de obra. Não é à toa que o *República*, jornal vinculado ao PRC, no período em que o governador de Santa Catarina era Hercílio Luz, filiado ao mesmo partido, durante a presidência de Epitácio Pessoa, membro do Partido Republicano Mineiro - PRM, publica esse documento oficial em suas páginas. Saviani (1996) indica que “a organização social tende predominantemente à conservação da situação dominante”, e a educação brasileira “enquanto atividade inscrita no seio da organização social, ela estará marcada também pela tendência à conservação” (Saviani, 1996, p. 136). Para uma sociedade em que há a necessidade da transformação de “desocupados” em trabalhadores, nada melhor que um espaço específico para isso: a escola. E aqui, nesse contexto, a Escola de Artífices que desempenhava o papel, pois formava técnicos em áreas específicas de trabalho.

Ainda segurando a mão de Dermeval Saviani, consigo dizer que a relação desse ambiente escolar com a formação de uma classe operária brasileira (perdão Thompson)³⁹ é clara: a educação estava para se organizar para “habilitar os indivíduos a exercer determinadas funções na sociedade no sentido de capacitá-los para serem membros produtivos no âmbito da

³⁹ Humilde e ousada paráfrase do título da importante obra, já aqui citada, de Edward Palmer Thompson, *A formação da classe operária inglesa*.

sociedade” (Saviani, 1991, p. 43). Se trabalhadores são necessários, novos trabalhadores serão formados desde pequenos. Por isso que, tanto o diretor da Escola de Artífices no ofício anteriormente citado quanto outros jornais apresentam o pedido, a reivindicação da classe dominante, de que seja estabelecida no país a obrigatoriedade do ensino. Por exemplo, o jornal *O Clarão*, em uma coluna de opinião intitulada “Vadiagem”, afirma que, para combater a vadiagem de menores e sua capoeiragem, uma ociosidade que, para o jornal, é um malefício à sociedade, os governos deveriam decretar “o ensino obrigatório, punindo com leis severas a todo aquelle chefe de família, tutor ou tutora, que tivesse em sua companhia menores e chegando estes a uma certa e determinada idade, não os fosse matricular num estabelecimento de instrução” (*O Clarão*, 1914, p. 4).

Ora, se a ociosidade é um mal, e se é necessário controlar o tempo das crianças e jovens, que se faça com a introjecção formal do pensamento capitalista de trabalho. “[...] qualificada o suficiente (e não mais!) para realizar a tarefa parcelar que lhe é destinada de acordo com a organização do processo de trabalho” (Segnini, 1988, p. 38). Essa necessidade vai além de controlar o tempo; é preciso que os chamados “futuros do país” e “futuro da pátria” sejam moldados para se encaixar nesse modelo de labor, de organização de sociedade.

À medida que existem desadaptados no âmbito da sociedade, pede-se que a educação desempenhe o papel de adaptar, de integrar os indivíduos na sociedade. É nesse sentido que se passa a entender a educação com capaz de solucionar esta problemática na medida em que ela dinamiza, desenvolve e elabora fórmulas de sociabilidade cuja implementação promoveria a adaptação e o ajustamento dos indivíduos à condição de membros ativos da sociedade (Saviani, 1991, p. 42).

O excerto acima está no capítulo *Problemas Sociais e Problemas de Aprendizagem* da obra *Educação e Questões da Atualidade*. Nesse trecho, Dermeval Saviani trata sobre o papel da educação tradicional diante de problemas sociais, e debate como a educação brasileira até aquele momento (só até aquele momento?) foi utilizada para justamente adaptar e modelar os “desmodelados” para as finalidades do projeto econômico vigente (Saviani, 1991). Para os jornais analisados, a educação serviria exatamente para que o sentimento contra o trabalho formal, a “tentação” do ócio, fossem modelados, formatados para que etariamente, desde cedo, se submetessem ao trabalho assalariado. Vimos nos periódicos, o apelo à educação, que para eles, seria no vasto oceano da sociedade capitalista o bote salva-vidas social, diante do que considerariam o naufrágio do Titanic. Preciso realmente dizer quem representava o *iceberg*?

Essa luta de classes no âmbito ideológico não se manifestou apenas pela educação formal. Em 1910, no Brasil, foi impulsionado o movimento do escotismo⁴⁰, e caiu como uma luva para as pretensões daqueles mandatários do poder. Não por acaso, que o *O Dia*, em 1916, publica um texto de Erasmo Braga, membro da extinta Associação Brasileira de Escoteiros.⁴¹ Nele, o autor descreve basicamente os valores do escotismo e relata sua visita às associações de escoteiros nos Estados Unidos da América, Chile, Argentina e Uruguai.

Porém, não é tão “basicamente” assim. Já no primeiro parágrafo, percebe-se qual era o objetivo do texto ao público:

O movimento que se vae implantando os nossos costumes, dando um tom novo à educação da mocidade, deve merecer a maior sympathia e o mais decidido apoio de quantos desejam melhorar o typo e o preparo physico e moral da juventude. Bem entendido é este um dos mais salutareos elementos para fazer forte a geração plastica, ainda não endurecida na vadiagem e nos máos costumes, que cedo estragam a maior parte dos jovens, tão solicitados para fóra da trilha dos bons costumes, e do trabalho por um sem numero de más influencias a que ordinariamente fechamos complacientemente os olhos (*O Dia*, 1916, p. 3).

O que não podemos fazer é fechar os olhos ao fato de que o texto já nos apresenta de antemão: o enaltecimento do trabalho e o combate à vadiagem. E que o escotismo, por suas características, seria uma ferramenta para salvar a juventude daquilo que consideram de maus costumes. Mais à frente, o texto narra um pouco sobre como é organizada a associação de escoteiros nos Estados Unidos, com o nome de *Boy Scouts of America*. Dá ênfase à sua grandiosidade: “90 empregados da secretaria, ha uma successão de salas interiores, [...] 156.000 escoteiros filiados [...]. Nove ou dez mil ‘scouts masters’ [...] corpo de stenographos habeis, e tudo o que se tem inventado de machinas para imprimir [...]” (*O Dia*, 1916, p. 3). A descrição dessa grandiosidade parece ter sido incluída no texto para mostrar a importância dada a esse movimento nos EUA, e sugerir que a associação de escoteiros de lá fosse o modelo a ser seguido, inclusive na transformação social desejada por aqui. E mais, há também o que suscita um pedido de ajuda ao poder público brasileiro em fomentar o escotismo, já que Erasmo Braga informa que o “presidente dos Estados Unidos é ex-officio o presidente honorario dos Boy Scouts, e o deixando a presidencia da Republica, é seu nome conservado na lista dos vice-presidentes honorarios” (*O Dia*, 1916, p. 3). Quase uma súplica indireta.

⁴⁰ Ver mais em <https://www.escoteiros.org.br/brasil/>, sítio da organização não governamental Escoteiros do Brasil. Acesso em: 08 jun. 2024.

⁴¹ Ver mais em https://escoteiros.org.br/emails/semprealerta/201011/sa_17_a.html, Escoteiros do Brasil. Acesso em: 08 jun. 2024.

Logo após, o autor engrandece o escotismo no Chile e descreve uma situação que, para ele, retrata o “espírito escotismo chileno”, ou o que deveria ser o espírito do escotismo. Relata que um grupo de escoteiros chilenos “se dirigiam em excursões pela cordilheira”, mas um dos dirigentes dessa associação mandou informar oficialmente que aquela instituição “não cogitava da formação de andarilhos e não favorecia excursões que apenas tratassem de bater records de marcha”, pois aos escoteiros chilenos não é permitido “descuidar de suas obrigações de estudantes e de filhos da família” (*O Dia*, 1916, p. 3). Ou seja, o pensamento era de que a atividade não podia ser por lazer; ela deveria estar dentro das regras daquele grupo. Que fora o escotismo, a única atividade aceita era a escolar.

Nós dois podemos perceber que, pelo texto, o jornal quer dar importância ao movimento do escotismo como ferramenta para a orientação de crianças e jovens no caminho do patriotismo e na vida escolar. Principalmente, para fortalecer a áurea dessa infância e juventude a sempre terem uma ocupação, tanto para prevenir a vadiagem tanto como para “curá-la”.

Nossa fonte ainda mostra como a luta contra a “vagabundagem” das crianças cruza a institucionalidade e a festividade. Em Florianópolis, no dia 18 de outubro de 1917, era para acontecer⁴² a festa em comemoração às crianças e anunciada pelo jornal *O Dia* na sua edição 8709. Nela, informa a programação que ocorreria o dia inteiro, com início às 8 horas e término por volta das 17 horas, em alguns lugares da cidade. O evento contaria com missa, sessões de cinema, concurso de robustez, formatura de coletiva de escolas, a execução, pelos próprios formandos, do Hino do Estado de Santa Catarina e o Hino Nacional, palestra do escritor Horácio Nunes e desfiles (*O Dia*, 1917D, p. 1). Percebe-se que seria uma atividade deveras cívica, pretendendo dar a compreensão de ordem às crianças e seus familiares. O que torna importante essa matéria de divulgação, é o que vem logo após a descrição de como seria o festejo. Duas linhas após o texto completo, separadas por apenas um pequeno traço na horizontal, é publicizada a lei do município do Rio de Janeiro (não esqueçamos que é a Capital Federal) que institucionaliza: “Art. 1. Por esta lei é o dia 2 de outubro declarado, em todo o Distrito Federal, de consagração da creança [...]” (*O Dia*, 1917D, p. 1). Não se trata de erro de grafia,

⁴² A festa do “dia” da criança não aconteceu em 18 de outubro de 1917 devido às más condições meteorológicas. Ou seja, caiu um cacau! Noticiado em **O Dia – Órgão do Partido Republicano Catharinense**, Florianópolis, ano 17, n. 8711, 18 de out. de 1917. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=19847>. Acesso em: 23 jun. 2024. Alerto que no sítio da Hemeroteca Nacional da Biblioteca Nacional, em suas pastas de referência/busca, o número desta edição está como 8789, porém, com respeito à fonte propriamente dita, eu utilizo a numeração como fora impressa.

não é dia 12 (doze), mas 02 (dois) mesmo! É no seu artigo quatro que a luta ideológica se mostra:

Art. 4. Em qualquer época do anno [...] o prefeito promoverá, em todo o Districto Federal, sessões e conferências educativas, propagando as vantagens da prophylaxia do casamento, os bons preceitos da maternologia em geral, as regras da moderna hygiene infantil, o valor da creança no lar, na officina e perante a patria, a guerra contra o alcoolismo e contra o pauperismo pela vadiagem e mais doutrinas de proteção [...] (*O Dia*, 1917D, p. 1).

É o poder público federal, publicado pela imprensa local, fomentando, por força da lei, o combate à ociosidade infanto-juvenil através de uma medida com teor higienista, e atribuindo a pobreza à vadiagem. Faz parte desse processo forçar a implementação do pensamento burguês ascendente do período. A implementação ocorre seja por meio da educação formal, pela imprensa de grande circulação ou por atos do poder público, entre outros meios. A intenção é que os trabalhadores, os desvalidos, os despossuídos, os oprimidos vivam eternamente preenchidos pela sombra de seus opressores, pois assim temeriam/temem a liberdade. Se preenchidos não forem, esse “vazio” poderia se transformar em espaço para a autonomia (Freire, 2014, 46).

Não é à toa que setores empresariais tiveram resistência ao primeiro Código de Menores promulgado no país em 1926 e ao segundo promulgado no ano seguinte. Pois eles procuravam “amparar e legislar sobre as diversas situações em que poderiam se encontrar os/as menores de 18 anos” (Pires; Fontes, 2020, p. 33), inclusive sobre o trabalho desses nas fábricas. Provavelmente os jornais da década de 1920 em Florianópolis estavam também reverberando esse descontentamento patronal. Todo esse grande interesse dos donos do poder, manifestado através da imprensa e outros artifícios, nas crianças e jovens, como parte de um projeto contra a vadiagem, não é ao acaso. Um projeto que parece querer “cortar o mal pela raiz” ao tentar inculcar a cultura do trabalho formal desde cedo. E que assim continue na vida adulta, num ciclo contínuo, um ato perpétuo. Produzir e continuar produzindo mão de obra barata, mantendo alimentada a fileira da venda de força de trabalho. Mas a que custo? A que preço? Ao valor imposto a nós, ao nosso tempo, ao nosso corpo, à nossa dignidade.

4 ERGUEU NO PATAMAR QUATRO PAREDES SÓLIDAS

Para poder escrever as últimas palavras neste trabalho, é necessário, até por obrigação a você leitor, responder às perguntas que me trouxeram até aqui — os questionamentos formulados no problema desta pesquisa.

As várias edições dos três jornais analisados neste trabalho trouxeram para as suas linhas o debate sobre a vadiagem. Esse tema também esteve presente em outras edições desses e de outros jornais, que não foram incluídas neste texto para evitar torná-lo excessivamente extenso. O que não significa que eram de menor relevância para a pesquisa, ao contrário, deram-me mais certeza da importância do tema. Ao explodir aos meus olhos a quantidade de notícias, matérias, opiniões sobre a vadiagem, pude perceber o quanto esse assunto permeava as discussões da sociedade da época e o quanto preocupava os detentores do poder e seus representantes na imprensa florianopolitana. Estava diante de mim a materialização das leituras teóricas sobre trabalho alienado, a força de trabalho como mercadoria, a imposição ao labor, a condenação do ócio e as relações entre micro e macro esfera.

O próximo passo era destrinchar cada uma desses textos, desembaraçar os fios desse novelo para saber quais eram as intencionalidades por trás das palavras. Com esse trabalho, pude perceber o que estava nas entrelinhas (às vezes, até bem exposto) do discurso dos donos do papel. Neste contexto, aqui havia um pensamento novo, outros ventos sopravam sobre quais seriam as condutas, a organização econômica-social da sociedade florianopolitana. Os jornais externaram esses novos ares, embora não tão novos, pois a classe subalterna, os explorados, continuava sendo a mesma. O que mudara, um pouco, era quem detinha o poder político e qual a forma de exploração. A preocupação dos periódicos e de seus representantes sobre a vadiagem não era com o real bem-estar da população trabalhadora e/ou empobrecida, mas com a garantia de seus privilégios e do fomento do capitalismo em ascensão.

Diante das tramas envolvidas, os jornais tiveram o seu papel de promotores dos “novos moldes”, também o de denunciadores e incriminadores dos “velhos hábitos”. “O processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social cabível” (Thompson, 2012, p. 32). Para a nossa realidade local, isso se refletiu principalmente nas questões do que era considerado trabalho e o que não era, entre o labor formal e o eventual, incerto; também sobre o que se fazer com a ociosidade alheia. Com reflexo direto na classe trabalhadora da cidade, sobretudo, nas trabalhadoras e trabalhadores pobres, nem suas filhas e filhos escaparam dessa demanda.

Não foi ao acaso a estigmatização da vadiagem, do ócio, da pessoa pobre, da pessoa preta. É intencional tornar aquilo que não é do colonizador, o que não é do detentor do poder financeiro-político-ideológico, em outro. E o que é ser o “outro”? Ser o outro é ser o feio, o sujo, o deprimente, o decadente, o delinquente, o estorvo. A quem se pode cuspir, jogar bosta, bater, jogar pedra, a quem se pode atear fogo enquanto dorme, tudo isso é natural. A quem se pode matar!

Seguindo esse raciocínio, vamos colocar as cartas da escravização sobre a mesa e reconhecer que ela teve influência direta na sociedade florianopolitana já novecentista, pois aqui houve a política de apagamento da população preta na história. É imperioso colocar esse feito sujo e cruel no banco dos réus, essa tentativa de eliminação física, seja pela morte ou pelo branqueamento. A tentativa de eliminação física parte também da morte social, a partir da negação de que os iguais possam se reconhecer nas mais variadas esferas da sociedade. Pois, para o pensamento e prática colonial, a soberania é fundamental na ocupação dos espaços, e essa soberania “é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2018, p. 41).⁴³ E sabemos que a historiografia já teve, e ainda tem, sua parcela de culpa nesse processo.

Mesmo com a tentativa institucional de invisibilização da população preta de Florianópolis, seus corpos e suas marcas resistiram ao tempo. Exemplo disso são a intelectualidade de Idelfonso Juvenal, a poesia de Trajano Margarida, as múltiplas contribuições literárias de Antonieta de Barros e sua habilidade política. Se escutarmos o nosso presente, ouviremos esses ecos nas vozes potentes de Lurdinha Mina, Márcio de Souza, Vanda Pinedo, Lino Peres, Solange Adão, Marcelo Serafim e das famílias pretas que, até hoje, persistem em ocupar os mais variados lugares de Florianópolis — sejam eles geográficos, políticos, sociais ou culturais. Não é uma tarefa fácil, mas eles resistem.

Esse conflito se insere no contexto da luta de classes, tanto no período analisado nesta pesquisa quanto a de agora. Pois essa luta se constrói a partir das experiências e da realidade de cada momento — do antes e/ou do agora —, embora nunca da mesma forma (Thompson, 2017, p. 10). Contudo, e por ainda estarmos inseridos no mesmo sistema econômico, os embates continuam girando em torno do trabalho. Sempre na perspectiva de fazer quem já trabalha em trabalhar mais. Como vimos nas fontes e nos autores, no início do século XX, o

⁴³ Em certo ponto do capítulo, *Necropoder e Ocupação Colonial na Modernidade Tardia*, o autor debate a importância para a dominação colonial da ocupação de espaços através de “definições de limites e fronteiras internas” (Mbembe, 2018). Talvez, em uma nova pesquisa dedicada a isso, se ainda não a tem, poderíamos fazer essa correlação, relação, do que diz Mbembe com as mudanças no espaço urbano da Florianópolis de 1900-1930 e outros períodos da história. Fica aqui a sugestão.

enfrentamento consistiu em combater o ócio e desestimular o trabalho informal, moldando uma massa consolidada de proletários. Já no início do século XXI, vivemos as implementações de políticas públicas que visavam prolongar e intensificar o trabalho, como as sucessivas Reformas da Previdência e a Reforma e Contrarreforma Trabalhista (Antunes, 2018 *apud* Antunes; Filgueiras, 2020, p. 32). No entanto, o que aparenta ser substancialmente diferente no presente é o incentivo e a valorização do mascaramento do trabalho formal, o disfarce, e sob outras formas.

Cresce assustadoramente a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores que entram no modelo de uberização: trabalhadores que atuam em aplicativos de transporte, entrega de comida, entrega de mercadorias e serviços terceirizados via plataformas digitais. No início, essa força de trabalho era composta por ex-operárias/os, ex-professoras/es, ex-advogadas/os, ex-engenheiras/os... Hoje, no entanto, há muitas pessoas cujo primeiro “emprego” já se dá diretamente por meio dessas plataformas de aplicativos. Por um tempo, vimos esse modelo ser vendido como a melhor opção para a massa de trabalhadores. Frases como “você é seu patrão”, “você faz seu horário”, “você administra os seus ganhos”. Ou seja, “[...] criam ambientes de trabalho mais atrativos para quem tem estilos diferentes de vida, sem a rigidez dos empregos tradicionais e assim facilitam a manutenção de mais de um emprego”. Ou ainda, “[...] que esses trabalhos são apenas um meio de conseguir uma renda extra[...]” (Di Stefano, 2017 *apud* Antunes; Filgueiras, 2020). No entanto, o que está cada vez mais evidente é a deterioração das relações de trabalho e a exploração acentuada dos que estão inseridos nesse modelo: horário de trabalho extenuante, ganhos reduzidos, ausência de segurança jurídica e previdenciária, além dos gastos com seus “instrumentos de produção”. E o aspecto mais perverso dessa lógica, porém, é que “a plataforma digital se apropria da mais-valia gerada pelos trabalhos, burlando sistematicamente as formas de regulamentação do trabalho existentes” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 32).

E se, daqui a cem anos, um outro aspirante a historiador, no intuito de fazer seu TCC, decidir abrir os arquivos dos jornais de agora, o que ele encontraria? Se depararia com a “glamourificação” do ser empreendedor e do empreendedorismo. Não é difícil ver na grande mídia esse discurso, ele é constantemente propagandeado, enaltecido. Mostram-se as empreendedoras e os empreendedores como pessoas criativas, que pensam “fora da caixa”, apaixonadas pelo trabalho que fazem (Oliveira; Moita; Aquino, 2016, p. 211-212). São exaltados os feitos de sucesso e o poder aquisitivo alcançado.

Nesse contexto, as pautas dos setores oprimidos da classe trabalhadora foram substituídas pela ideia de superação a partir do empreendedorismo. Riem da nossa cara quando

tentam transparecer que uma pessoa preta supera ao sistema racista quando se torna empreendedora; que a mulher supera o machismo quando se torna empreendedora; que a pessoa da comunidade LGBTQIAPN+ supera a homofobia quando se torna dona de seu próprio negócio. O discurso quase nos convence que empreendedorismo é sinônimo de empoderamento. No entanto, a mesma mídia encobre os vários casos de fracasso, de pessoas que perdem tudo, não conseguem pagar os credores do investimento realizado, que veem as suas dívidas aumentarem, e ou volta ao mercado de trabalho formal ou uberiza-se. Afinal, “o empreendedorismo, na realidade, pode configurar-se como uma nova forma de precarização do trabalho, [...] reforça a fragilização dos vínculos constituídos na sociedade salarial, o que leva a um fortalecimento do processo de precarização laboral” (Oliveira; Moita; Aquino, 2016, p. 217).

Diante das experiências vivenciadas por mim como diretor do Sindicato dos Bancários de Florianópolis (gestão 2011/2014), por pertencer a classe trabalhadora, e perante a atual conjuntura de precarização do trabalho, subemprego, sobrecarga, e muito mais; as palavras de Karl Marx ressoam na escrita, com seu tiro certo, quando afirma que o trabalhador “nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida” (Marx, 2010, p. 36). Não obstante, há muito se discute a redução da jornada de trabalho e, atualmente, ganha força com o debate no Congresso Nacional, como o fim da escala 6x1.⁴⁴ Ricardo Antunes defende a imediata redução da carga de horário de labor para “minimizar o brutal desemprego estrutural”, porém alerta que ela por si só não acaba com o sofrimento apontado por Marx. Devemos contrapor radicalmente ao “metabolismo social do capital”, e construirmos uma forma de trabalho em que ele tenha sentido ao ser humano (Antunes, 2009).

As experiências do antes e do agora, a análise delas, das mudanças e permanências, despertam em mim sentimentos. Um deles é o de viver um “passado que não passa” (Vieira, 2022).⁴⁵ Outro, e que me bate forte, é de que o trabalho é degradante!

Chego ao que seria o fim da escrita desta pesquisa, mas não o fim deste trabalho, por entender que ele não se encerra aqui. Sei que o debate sobre o discurso do trabalho e da vadiagem, presentes nos jornais da Florianópolis durante os primeiros trinta anos do século

⁴⁴ Motivada por petição popular, em maio/2024, a proposta de autoria da deputada federal Érika Hilton (PSOL-SP) será protocolada na Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda Constitucional visa reduzir a atual escala de 6 dias trabalhados e 1 de descanso, para 5 dias trabalhados e 2 de descanso (5x2). Para saber mais ver em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1110526-proposta-de-reducao-da-jornada-de-trabalho-e-fim-da-escala-6x1-gera-debates-no-plenario-da-camara/>.

⁴⁵ A historiadora Karla Andrezza Vieira traz o termo “passados que não passam” abordado pela História do Tempo Presente ao fazer esse debate em sua tese de doutorado com foco no Ensino de História na Educação Básica e seu currículo (2022).

XX, não se conclui nesta análise. Ao contrário, esta pesquisa é só mais um ponta pé, dos vários já dados, para a tentativa de compreensão da vida florianopolitana nesse período, considerando os paradigmas nacionais e internacionais que a cercavam.

Também por entender que é uma construção pensada por alguém do tempo presente, e que, ao ser revisitada por alguém de outro tempo, e/ou de outro lugar, ela será analisada sob perspectivas diferentes. Será reconstruída a partir de outra análise historiográfica. É como o operário descrito por Chico Buarque em *Construção*: um ser que, todos os dias, ama a sua esposa e morre em seu trabalho. A cada dia, um amor diferente, um beijo diferente, um almoço diferente, uma morte que atrapalha alguém diferente, mas que permanece contínua. Está em constante processo de construção. Além disso, tenho a consciência e a humildade em dizer que esta pesquisa deixa lacunas. Lacunas que podem tranquilamente ser preenchidas por outros ou outras historiadoras ou, quem sabe, de repente por mim no futuro.

Se assim for, deixo a sugestão de tentar segurar a mão de Irênio. Trazer para uma brincadeira de peão e para conversar com esse menino preto que foi preso por vadiagem e castigado na chefatura de polícia. Tentar perguntar-lhe o porquê da prisão, saber se ele realmente foi para a Escola de Aprendizes de Marinheiro, e o que o futuro lhe reservou. Descobrir, talvez, outras lições a mais que uma criança de 12 anos, preta, pobre, possa nos ensinar com sua vivência.

A caminhada segue, continuemos construindo...

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

O Clarão – Orgam de Combate Legalmente Constituído, Florianópolis, ano 03, n. 120, 03 de jan. 1914. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885290&Pesq=vadiagem&pagfis=528>. Acesso em: 29 abr. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 02, n. 553, 07 de nov. de 1902. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&pagfis=1689>. Acesso em: 05 out. 2024

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 04, n. 890, 05 de jan. de 1904A. Disponível em

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=2997>. Acesso em: 24 abr. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 04, n. 1007, 25 de mai. de 1904B. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3459>. Acesso em: 19 set. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 07, n. 1781, 01 de fev. de 1907. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=6060>. Acesso em: 24 abr. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 10, n. 4450, 02 de fev. de 1910. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=9463>. Acesso em: 08 mai. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 16, n. 8352, 14 de ago. de 1916A. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&pagfis=17109>. Acesso em: 05 out. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 16, n. 8365, 29 de ago. de 1916B. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=217549&pagfis=17220>. Acesso em: 08 mai. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 17, n. 8482, 20 de jan. de 1917A. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&pagfis=18166>. Acesso em: 05 out. 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 17, n. 8642, 04 de set. de 1917B. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=19584>. Acesso em: 09 maio 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 17, n. 8644, 01 de ago. de 1917C. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217549&Pesq=vadiagem&pagfis=19370>. Acesso em: 08 maio 2024.

O Dia – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 17, n. 8709, 16 de out. de 1917D. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=217549&pagfis=19833>. Acesso em: 09 maio 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 07, n. 2072, 24 mai. 1921, p. 3. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=3083. Acesso em: 17 ago. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 08, n. 2600, 20 fev. 1923A. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=6153. Acesso em: 05 abr. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 08, n. 2601, 21 fev. 1923B. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098027_02&pasta=ano%20192&pesq=rabujento&pagfis=6157. Acesso em: 05 abr. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 09, n. 2885, 08 fev. 1924. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=7351. Acesso em: 06 abr. de 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 12, n. 3758, 13 de dez. 1926. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=malandro&pagfis=10969. Acesso em: 05 out. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 12, n. 3883, 12 de mai. 1927A. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=malandro&pagfis=11700. Acesso em: 05 out. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 12, n. 3919, 23 de jun. 1927B. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=malandro&pagfis=11906. Acesso em: 05 out. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 13, n. 3971, 24 ago. 1927C. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&pagfis=12214. Acesso em: 09 abr. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 13, n. 3972, 25 ago. 1927D. Disponível em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=12219. Acesso em: 09 abr. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 13, n. 4027, 28 out. 1927E. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=12490. Acesso em: 09 abr. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 08, n. 4033, 05 nov. 1927F. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=12525. Acesso em: 19 set. 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 13, n. 4118, 13 de fev. 1928. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=malandro&pagfis=12957. Acesso em: 05 out. de 2024.

O Estado – Diário Vespertino, Florianópolis, ano 15, n. 4712, 13 de jun. 1929. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098027_02&Pesq=vadiagem&pagfis=15266. Acesso em: 16 abr. 2024.

O Marujo – Orgão da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catharina. Florianópolis, ano 01, n. 2, 24 nov. 1907. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=889032&Pesq=vadiagem&pagfis=5>. Acesso em: 02 abr. 2024.

República – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 14, n. 97, 25 de jan. de 1919. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&Pesq=vadia&pagfis=13553>. Acesso em: 27 abr. 2024.

República – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 15, n. 427, 09 de mar. de 1920. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&Pesq=vadia&pagfis=14905>. Acesso em: 27 abr. 2024.

República – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 16, n. 725, 12 de maç. de 1921. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20192&peq=&pagfis=16145>. Acesso em: 19 set. 2024.

República – Orgão do Partido Republicano Catharinense, Florianópolis, ano 18, n. 1228, 15 de dez. de 1922. Disponível em

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=18321>. Acesso em: 17 set. 2024.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.). **O Historiador e sua Fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 223-249.

ANAISSI, Vinícius Possebon. **Vivenciando uma cidade em transformação**: cotidiano de classes populares no centro de Florianópolis (1899-1920). 2009. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901> . Acesso em: 21 nov. 2024.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. Vol. 1 História da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BILHÃO, Isabel. “**Trabalhadores do Brasil**”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 31, n. 62, dezembro, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/53Jxf4ctGT3Gg33BrPMXyGc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Código Criminal do Império brasileiro de 16 de dezembro de 1830**. Dispõe sobre o Código Criminal do Império. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 06 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Dispõe sobre o Código Penal. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 06 abr. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**: imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na História. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil**: população. Vol. IV, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. Disponível em [recenseamento1920pop1.pdf \(memoria.org.br\)](http://memoria.org.br/recenseamento1920pop1.pdf). Acesso em: 08 nov. 2024.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil**: população. Vol. IV, 4ª parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929. Disponível em <http://memoria.org.br/pub/meb000000360/recenseamento1920pop5/recenseamento1920pop5.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920**. 2019. 325 f. Tese (Doutorado) – Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Código de Posturas Municipais de Florianópolis**. Rio de Janeiro: Tip. da República, 1896.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARZONI, Lericce de Castro. Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 65–93, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p65>. Acesso em: 17 ago. 2024.

GUIMARÃES, Janete. **Postura policial na criminalidade cotidiana**: Florianópolis no alvorecer do século XX.. 2007. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.). **O Historiador e sua Fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 9-27.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: origem do trabalho livre no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. A Influência das Associações Voluntárias de Socorros Mútuos dos Trabalhadores na Sociedade de Florianópolis (1886 – 1931). *In*: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. (org.). **Organizar e Proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX). Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 219-245.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 111-153.

MACHADO, Marta Magda Antunes. **A Arte de Ser Parente: negros/as açorianos/as no Sul do Brasil**. 2016. 427 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MAMIGOIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. 2 ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2012.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915 - 1931)**. 1996. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trajetórias entre Fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro**. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, vol. 1, n. 1, Janeiro-Junho, 2009. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/9940/9166>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 2 ed. São Paulo: Ed. N-1 Edições, 2018.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de.; MOITA, Dimitre Sampaio.; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. **O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral**. Psicologia Política, v. 16, n. 36, p. 207-226, maio-agosto, 2016. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a06.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PIRES, Isabelle; FONTES, Paulo. **Crianças nas Fábricas: o trabalho infantil na indústria Têxtil carioca na Primeira República**. Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 12, n. 30,

e0101, maio/ago. 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0101>. Acesso em: 15 dez. 2024.

RASCHE, Karla Leandro. **Imprensa negra e combate ao racismo (Florianópolis, 1914-1925)**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 38 - 65, jul./set. 2018. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018038>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 639 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. **Ensaio Sobre a Urbanização Latino-Americana**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SARDÁ, Juliana. **Na contramão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX**. 2005. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu, Editora Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

SEGNINI, Liliana. **A Liturgia do Poder: trabalho e disciplina**. São Paulo: EDUC, 1988.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 160 f. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

TEIXEIRA, Luana. **Associativismo Negro em Florianópolis na Década de 1920**. In: MÉTIS: história & cultura – v. 19, n. 37, p. 164-190, jan./jun. 2020. Disponível em <https://sou.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9314/4378>. Acesso em: 09 nov. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa, 1: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa, 2: a maldição de Adão**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

VEIGA, Eliane Veras. **Florianópolis: memória urbana**. 2 ed. rev. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VIEIRA, Karla Andrezza. **Passados Que Não Passam**: racismo no ensino de História e a Lei 10.639/03 em escolas estaduais catarinenses (2003-2022). 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6977/Tese_Karla_Andrezza_Vieira_1678222_0847324_6977.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

WESTIN, Ricardo. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. Brasília: Agência Senado, 2015. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso em: 04 mai. 2024.